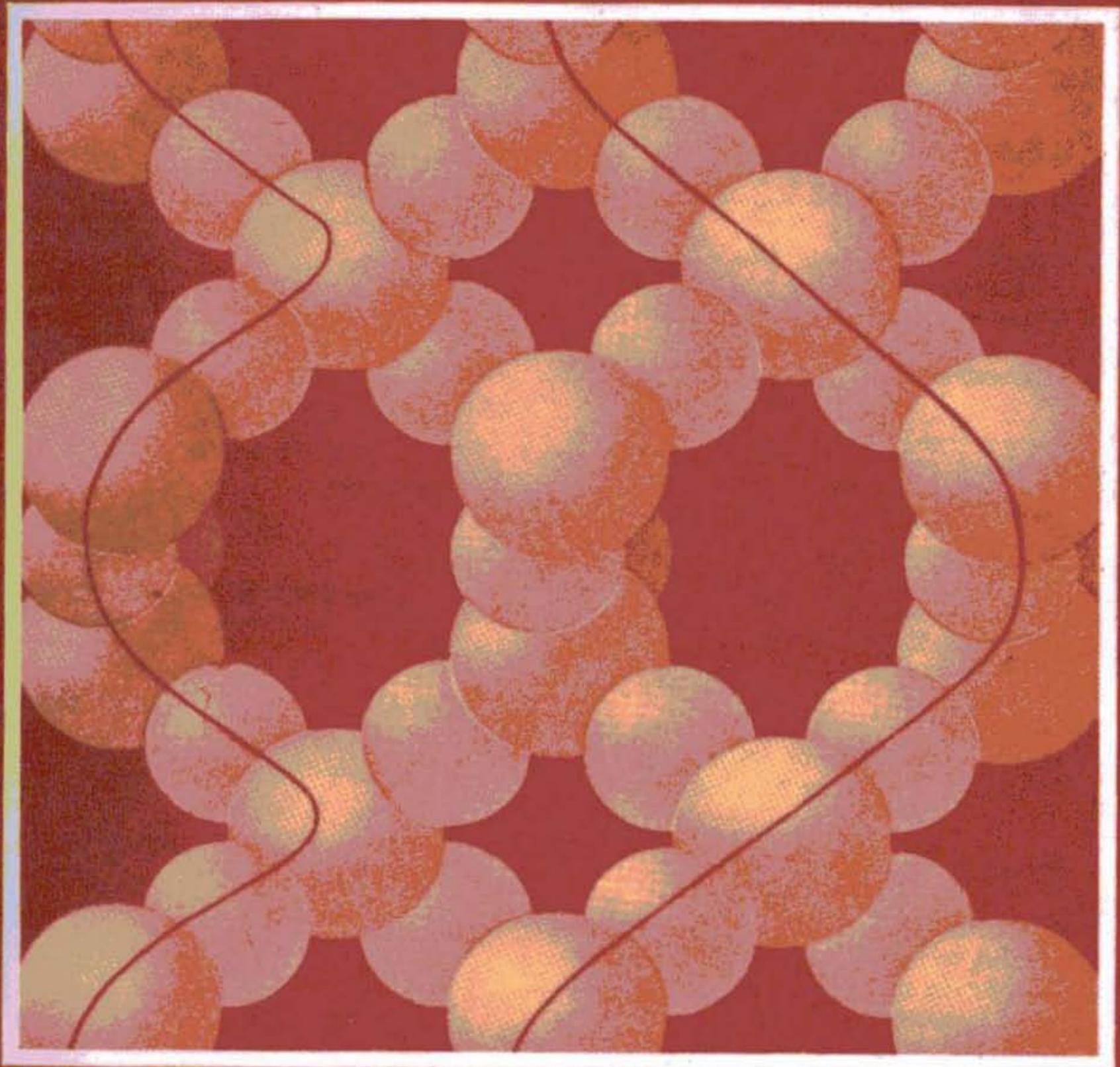


convergência

JUL/AGO — 1976 — ANO IX — Nº 94



- **XI ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA ELETIVA DA CRB**
Página 323
- **NOVAS E RENOVADAS FORMAS DE ORAÇÃO**
Pe. Nelson Carloni, SJ — página 336
- **A FORMAÇÃO PARA A VIDA RELIGIOSA HOJE**
um estudo da USC — página 346
- **DESAFIOS PARA O CAMINHO DA LIBERTAÇÃO**
Pe. Cleto Caliman, SDB — página 364

CONVERGÊNCIA
revista da Conferência
dos Religiosos do Brasil

Diretor-Responsável:
Frei Constâncio Nogara, OFM

Redator-Responsável:
Padre Marcos de Lima, SDB

Direção, Redação, Administração:
Rua Dom Gerardo, 40 — 6.º andar
(ZC-05) — 20.000 RIO DE JANEIRO
— RJ

Assinaturas para 1976:

**Brasil, taxa única (via
terrestre ou aérea) Cr\$ 110,00**
Exterior: marítima US\$ 17,00
aérea US\$ 25,00
Número avulso Cr\$ 11,00

Os artigos assinados são da responsabilidade pessoal de seus autores.

Composição: Compositora Helvética
Ltda., rua Correia Vasques, 25
20.000 Rio de Janeiro — RJ

Impressão: Oficinas Gráficas da
Editora VOZES Ltda., rua Frei Luís,
100/ 25.600 Petrópolis — RJ.

Nossa Capa:

Close num processo de desintegração molecular. A força que une os átomos responde pela estrutura e pela organização do mundo das coisas. A coesão e a rigidez dos corpos sólidos são asseguradas pelas forças interatômicas. Se o átomo for radiativo tende a desintegrar-se para, ao longo de seu percurso, radiativar outros átomos em cadeia. Energia e movimento. **CONVERGÊNCIA** quer ser um átomo radiativo. Um convite para sobreviver melhor saindo do imobilismo. Um estímulo para a partida.



SUMÁRIO

EDITORIAL 321

●
XI ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA ELETIVA DA CRB .. 323

●
NOVAS E RENOVADAS FORMAS DE ORAÇÃO, Pe. Nelson Carloni, SJ 336

●
A FORMAÇÃO PARA A VIDA RELIGIOSA HOJE, um estudo da União dos Superiores Gerais 346

●
DESAFIOS PARA O CAMINHO DA LIBERTAÇÃO, Pe. Cleto Caliman, SDB 364

●
EREMITAS E IRMÃOS: UMA FORMA DE VIDA RELIGIOSA NO BRASIL ANTIGO, Riolando Azzi (I Parte) 370

●
LIVROS NOVOS para Você ler . 384

EDITORIAL

Constatamos na Igreja, na vida religiosa e mesmo em outras crenças cristãs, um movimento de revalorização da oração. Nunca saberíamos analisar todas as causas deste fenômeno. Certamente entre as causas positivas mais poderosas encontramos a maturação religiosa que antecedeu o Concílio Vaticano II, esteve nele presente e se desenvolveu depois dele. Não foi fácil descobrir o dedo de Deus em tudo o que estava ocorrendo. Tivemos, por um momento, a impressão de que não se rezava tanto quanto antes; de que padres, religiosos e religiosas, comunidades, comprometendo-se com outros tipos de serviços pastorais, corriam perigo de perder "a vida interior" e o "espírito de oração", e se entregarem a um ativismo estéril que fatalmente os esvaziaria. Não negamos que isto tenha ocorrido, em alguns casos. No entanto, se observarmos mais de perto o conjunto dos acontecimentos, somos levados a agradecer a Deus, pois o contrário de um esvaziamento, ocorreu a descoberta da oração, da verdadeira oração. Concordamos que não será fácil encontrar uma comunidade religiosa de vida ativa, com um horário

rígido, de duas horas diárias de oração conjunta. Isso pode causar espécie e nos levar a uma conclusão apressada: "aqui não se reza".

O julgamento não pode se basear no quantitativo meramente material. Antes não se inculcava apenas a obrigação de rezar, mas impunha-se o modo, o quando e quanto rezar. O que nem sempre levava a bom efeito. Rezar aparecia como um peso triste, do qual não se podia fugir e do qual não se sentia o benefício. A passagem desta situação para uma outra de maior liberdade nas expressões da oração, provocou — e não podia deixar de ser — um descompasso perigoso, com enrijecimento de posições. Paulatinamente o religioso vai descobrindo que oração não é mera obrigação; mas um alimento, uma respiração, um sentir-se em comunhão com o Pai e com os irmãos, um deixar-se guiar pelo Espírito, a exemplo de Jesus Cristo.

A recomendação do Senhor: "Pedi, buscai, batei" Lc 11, 9, deixa de ser uma imposição pesada para tornar-se um solícito convite.

Sentimo-nos uma comunidade eclesial rezando, preocupada com os destinos de todos os homens, dos quais nos

sentimos associados, na vida e na morte, na dor e na ressurreição.

Creio que entre nós nunca tenha havido tantos encontros de oração, sob as mais diversas denominações.

Isto é bom. É sinal de esperança, de alegria. É prova da atuação do Espírito de Deus que guia sua Igreja e também a vida religiosa.

Temos de aceitar uma reeducação, viver num permanente peregrinar. Desalojar de nossas cabeças que pertecemos a um "estado de perfeição adquirida", a uma classe de "santos a parte".

Neste número de **CONVERGÊNCIA** encontramos, em primeiro lugar, um excelente artigo do

Pe. Nelson Carloni, SJ, em que, aliando a competência a um largo tirocínio de formador e pregador de retiros, nos apresenta de modo sintético e claro, as diversas formas de oração hoje. Além de ser de grande valia para a vida pessoal de cada leitor, o trabalho contém ricas sugestões para a vida de oração comunitária. Mesmo para os que trabalham com movimentos de leigos, as sugestões são de atualidade.

Pe. Cleto Calliman, SDB, analisa alguns desafios

que a comunidade religiosa enfrenta face ao pluralismo de interpretações da vida. Como encontrar através deste emaranhado de situações confusas, o verdadeiro caminho da libertação?

Você encontrará um alentado trabalho, que é a síntese final de uma pesquisa internacional sobre formação, feita pela União dos Superiores Gerais. Nós que tanto nos preocupamos com a formação e as novas tendências da juventude, encontraremos neste trabalho, além de pistas concretas e válidas, interrogações desafiadoras e que nos obrigarão a repensar alguns métodos que usamos.

Riolando Azzi, em continuação aos trabalhos históricos anteriormente apresentados, traz-nos hoje ao conhecimento um rico movimento religioso existente no Brasil, nos séculos XVII e XVIII, em torno da vida eremítica. Modos de viver e sobretudo de rezar que captam com profundidade algumas faixas de nossa religiosidade popular.

Fazemos votos que a leitura e crítica destes trabalhos tragam aos leitores novo ânimo de testemunhar o Senhor Jesus diante dos homens.

Frei Constâncio Nogara, OFM

CRB - 1977

XI ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA ELETIVA

Esta publicação n.º 2 é o prosseguimento do que Você encontrou em CONVERGÊNCIA N.º 93, junho de 1976, páginas 264-267. Em outubro, CONVERGÊNCIA trará a publicação N.º 3 sobre a preparação da XI AGO da CRB.

PREPARAÇÃO

CRB — XI AGO — 1977
DP — 02

INTRODUÇÃO

01. No Encontro Anual da Diretoria e Executivo Nacional da CRB com os Presidentes e Executivos Regionais, de 18 a 24.2.76, foram levantados os temas possíveis para a XI AGO (Assembléia Geral Ordinária).
02. A Diretoria Nacional da CRB voltou a considerar o assunto em suas reuniões de 25.02, 07.04, 05.05 e 11.06.76.
03. A Equipe de Reflexão Teológica da CRB/Nacional aprofundou a questão em suas reuniões de 05.03, 02.04., 07.05 e 04.06.76.
04. Foi sugerido neste processo como TEMA CENTRAL de estudos da AGO: A REALIDADE NACIONAL/ECLESIAL DO BRASIL HOJE E A PRESENÇA DOS RELIGIOSOS NELA.
05. Este tema e a possível dinâmica para seu desenvolvimento foram submetidos à aprovação dos Superiores Maiores de todo o Brasil, através da Circular n.º 022/76, de 12.04.76, assinada pelo Presidente Nacional da CRB, solicitando-se resposta até 30.06.76.

06. Na Assembléia Regional da CRB/SP, de 10 a 15.05, reunidos 176 Provinciais e/ou seus Representantes, foi apreciada e discutida a Circular 022/76, seja quanto ao tema, seja quanto à dinâmica, recolhendo plena aprovação dos participantes. Isto se constituiu para nós numa válida amostragem.
07. Expirado o prazo, para a resposta dos Superiores Maiores, tendo as cartas recebidas na CRB, na sua quase totalidade, aprovado e mesmo acolhido com entusiasmo o tema, como de grande sentido, utilidade e atualidade, a Diretoria Nacional da CRB confirmou o referido tema como TEMA CENTRAL DA XI AGO.
08. A partir de hoje, 1.º de julho de 1977, convidamos, pois, os Superiores Maiores Religiosos do Brasil, membros natos da Assembléia Geral, a participarem ativamente da preparação da mesma, nos termos da Circular 022/76, juntamente com suas Comunidades e com as Regionais/CRB.
09. Nas cartas respostas dos Provinciais, na Assembléia da CRB/SP, e da parte de várias Regionais, foi-nos pedido que a CRB/Nacional fornecesse através de **CONVERGÊNCIA** subsídios e roteiros que ajudassem as Comunidades a abordar o tema e a crescer na sua compreensão e análise. É o que começamos a fazer agora com a colaboração de nossa Equipe Nacional de Reflexão Teológica.
10. O tema geral A REALIDADE DO BRASIL HOJE E A PRESENÇA DOS RELIGIOSOS NELA — pode ser desmembrado em três lanços:
 - a) A realidade do Brasil, como **País/Nação**.
 - b) A realidade da **Igreja neste País**.
 - c) Os **religiosos** nesta Igreja neste País.
11. Propomos em princípio **três fases** na preparação:

Primeira Fase: INFORMAÇÃO (jul., ago., set., out. 76).

Segunda Fase: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO (nov., dez., 76, jan., fev./77).

Terceira Fase: CONFRONTO E AVALIAÇÃO (mar., abr., maio, jun./77).

A distribuição em três quadrimestres é apenas didática. Cada Província poderá ver o que mais lhe convém.
12. A CRB Nacional fornecerá através de **CONVERGÊNCIA**, sucessivamente, subsídios e roteiros relativos à:
 - a) **INFORMAÇÃO** sobre o País e sobre a Igreja neste País, no número de julho/agosto 76.
 - b) **ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO** sobre os dois mesmos aspectos, no número de outubro 76.
 - c) **INFORMAÇÃO** sobre a Vida Religiosa nesta Igreja neste País, no número de novembro 76.
 - d) **ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO** sobre a Vida Religiosa nesta Igreja neste País, no número de dezembro 76.

Destes subsídios e roteiros aqui mencionados não será feita remessa direta aos Superiores Maiores, mas unicamente através da publicação de **CONVERGÊNCIA**.

Primeira Fase. INFORMAÇÃO: BRASIL—PAÍS/NAÇÃO

1. OBJETIVOS

1.1. **Objetivo Geral.** Informar-se sobre a realidade do Brasil: País/Nação.

- ◆ **Informar-se** é saber das coisas, ter ouvido ou lido sobre elas, não estar por fora. **Informar-se** é buscar e pesquisar elementos de conhecimento da realidade. **Informar-se** é coletar dados, verificar e aferir sua exatidão e objetividade.
- ◆ **Informar-se** não significa ainda ter opinião, fazer um juízo sobre as coisas, interpretá-las ou avaliá-las.
- ◆ Não pode, porém, haver análise, interpretação e juízo responsável sem prévia e sólida informação.

1.2. **Objetivo Específico.** Ampliar, relacionar e sistematizar as próprias informações a fim de obter um quadro global da realidade do Brasil.

2. MÉTODO GERAL DE ESTUDO

- 2.1. Levantamento do conhecimento atual que cada um tem da realidade brasileira (País/Nação) com a ajuda do **Quadro de Referência** (QR) indicado QR 01 (DP-04) e do **Roteiro de Avaliação de Informação** (RAI) (DP-05).
- 2.2. Reunindo-se em grupo, tomar comunitariamente consciência desses conhecimentos. Completá-los, relacioná-los.
- 2.3. Indivíduoar entre eles algumas constantes, traços dominantes, características principais, problemas crônicos ou conjunturais, afirmações, negações, contradições.
- 2.4. Selecionar para aprofundamento pessoal ou grupal um ou mais tópicos do QR 01 e aplicar-lhe o seguinte método.

3. MÉTODO DE PESQUISA PRÁTICO-TEÓRICA

- 3.1. Estabelecer um primeiro contato empírico para levantamento da situação (visitas, contatos, entrevistas, informações em revistas, jornais).
- 3.2. Confronto sistemático-teórico destas informações assim obtidas com bibliografia específica, a fim de obter informação mais precisa e completa.
NB. ➤ Para facilitar a pesquisa e estudo mais sistemático oferecemos alguns Subsídios Metodológicos (SM) (DP-06).
- 3.3. Relacionar o tópico pesquisado com outros tópicos, situando-o no quadro geral de informações.

- 3.4. Neste processo, o grupo ou a pessoa pode sentir a necessidade de ampliar seus conhecimentos também em outras áreas a fim de melhor compreender o tópico pesquisado. Basta reaplicar o método.

INFORMAÇÃO

CRB — XI AGO — 1977
DP — 04/QR. 01 (1)

QUADRO DE REFERÊNCIAS (QR) n.º 01 (Ver DP-03, 2.1.)

INFORMAÇÃO SOBRE A REALIDADE BRASILEIRA — PAÍS/NAÇÃO

NB ➤ O roteiro de informação aqui oferecido não pretende ser exaustivo. Ele apresenta, porém, tópicos fundamentais de cujo conhecimento depende um mínimo responsável de **INFORMAÇÃO** sobre a realidade do País, que justifica **posterior** análise ou interpretação. Estamos, por enquanto, na fase da **INFORMAÇÃO**. (Ver DP-05 RAI).

1. DIMENSÃO POLÍTICA

- 1.1. Constituição e estrutura do atual "modelo brasileiro".
- 1.2. Organização do poder no Brasil atual.
- 1.3. Linhas de força da política interna.
- 1.4. Linhas de força da política externa.

2. DIMENSÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

2.1. O modelo econômico-financeiro

- 2.1.1. Características geo-econômicas gerais (pólos de desenvolvimento — áreas deprimidas).
- 2.1.2. Desenvolvimento econômico e Integração nacional, regional, setorial.
- 2.1.3. A evolução do modelo econômico: constantes, diretrizes alternativas, instâncias de planejamento (I e II Plano Nacional de Desenvolvimento — PND) e instâncias de execução — o problema da estatização.
- 2.1.4. Linhas prioritárias de concretização do modelo: problemas de infraestrutura: — energia, transporte, telecomunicações, agricultura, comércio, indústria e serviços.
- 2.1.5. O financiamento do modelo: poupança interna — capital estrangeiro — importação — exportação.

2.2. A Organização econômico-financeira

- 2.2.1. O Sistema Financeiro Nacional (Lei 4595 e 4327 e ulteriores evoluções).
- 2.2.2. O sistema tributário nacional.
- 2.2.3. Os fundos de poupança compulsória e sua administração.
- 2.2.4. Política cambial, monetária e creditícia.
- 2.2.5. Política de investimentos.
- 2.2.6. Sistema Financeiro da Habitação.

3. DIMENSÃO SOCIAL

3.1. Transformações sociais e desenvolvimento

- 3.1.1. Industrialização, migração, urbanização, burocratização, marginalização.
- 3.1.2. Integração e desintegração social, também nas micro-estruturas (família).
- 3.1.3. Conflitos sociais patentes e latentes.
- 3.1.4. Enfoques sociais divergentes.

3.2. Problemas Sociais Específicos

- 3.2.1. Questão demográfica. Taxas, composição, faixas etárias.
- 3.2.2. Os grupos e classes sociais: populações rurais, operariado urbano, assalariados da classe média, burguesia.
- 3.2.3. Os marginalizados: desemprego, menores abandonados, prostituição, violência urbana, delinqüência, drogas.

3.3. Organização e Política Social

- 3.3.1. Política de **Previdência Social**. (Consolidação das Leis da Previdência Social — Criação do Ministério da Previdência Social) — o INPS — o FUNRURAL.
- 3.3.2. Política de **Trabalho**. Leis e estruturas, política salarial, mão-de-obra, qualificação e acesso ao trabalho. O FGTS, o PIS, Sindicatos.
- 3.3.3. Política de **Habitação**. O Sistema Nacional de Habitação. O BNH, as COHABs, nível nacional e regional. Leis, estruturas, sistema de financiamento.
- 3.3.4. Política de **Saúde**. Grandes endemias, medicina preventiva, higiene, educação sanitária, assistência médica e hospitalar.
- 3.3.5. **Abastecimento e nutrição**. Safras e escoamento. Silos e CEASAs. Entresafra e estoques reguladores — Quantidade, composição e qualidade da alimentação.
- 3.3.6. **Entidades** assistenciais e promocionais privadas. Presença e características — Relacionamento com o Estado.

4. DIMENSÃO CULTURAL

- 4.1.1. Formação e evolução étnico-cultural do homem brasileiro.
- 4.1.2. Cultura nacional — Pressão cultural externa.
- 4.1.3. Ciência e tecnologia — Pressão sobre a cultura brasileira.
- 4.1.4. Meios de comunicação social — Pressão e impacto sobre a cultura brasileira sobretudo em sua faixa popular. (Imprensa, Rádio, Televisão, Publicidade).
- 4.1.5. Expressão cultural do povo: manifestações e significado. As festas, tradições, folclore, danças (constantes nacionais, características regionais). As diversões: futebol, carnaval.
- 4.1.6. Expressões culturais elaboradas: manifestações e tendências da literatura, do teatro, do cinema, das artes plásticas, das expressões artesanais, da música.

4.2. Criação e transmissão da cultura

- 4.2.1. O problema global da educação: dados, carências, encaminhamentos propostos e/ou executados. Leis e estruturas. Educação sistemática e assistemática. Educação de base (MOBRAL, MEB). A problemática da universidade.
- 4.2.2. Cultura popular X cultura de massa.
- 4.2.3. Pluralismo cultural. Secularização da cultura.
- 4.2.4. Iniciativa de Estado e iniciativa privada na dimensão da cultura. Presença e tendências.

LIVRO BÁSICO DE REFERÊNCIA

GALACHE G. e ANDRÉ M., **Brasil progresso e Integração**. Edições Loyola, São Paulo, 1975 (7.^a edição). Neste livro encontra-se não só uma bibliografia abundante sobre cada uma das dimensões acima apresentadas para estudo, como também um excelente acervo de informações atualizadas e sugestões práticas para pesquisa e trabalho em grupo.

(segue na página 329)

SIGLAS USADAS NESTA PUBLICAÇÃO N.º 2

AEC = Associação de Educação Católica. **AGO** = Assembléia Geral Ordinária. **BNH** = Banco Nacional de Habitação. **CEASA** = Centrais de Abastecimento Sociedade Anônima. **CENFI** = Centro de Formação Intercultural. **CERIS** = Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais. **CNBB** = Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **COHAB** = Cooperativa Habitacional. **DP** = Documento de Preparação. **FGTS** = Fundo de Garantia de Tempo de Serviço. **FUNRURAL** = Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural. **INPS** = Instituto Nacional de Previdência Social. **IPREC** = Instituto de Previdência do Clero. **MEB** = Movimento de Educação de Base. **MOBRAL** = Movimento Brasileiro de Alfabetização. **NB** = Nota Bene. **PIS** = Plano de Integração Social. **PND** = Plano Nacional de Desenvolvimento. **QR** = Quadro de Referência. **RAI** = Roteiro de Avaliação de Informação. **REB** = Revista Eclesiástica Brasileira. **SCAI** = Serviço de Colaboração Apostólica Internacional. **SEDOC** = Serviço de Documentação. **SM** = Subsídio Metodológico.

ROTEIRO DE AVALIAÇÃO DE INFORMAÇÃO (RAI) Ver DP-03, 2.1.)

*Estamos na etapa da **INFORMAÇÃO**.

*A **INFORMAÇÃO** se baseia em dados, documentos, textos, conhecidos assim como são fornecidos, sem comentários. Sobre um mesmo assunto pode haver, pois, informações que não coincidem.

*A **INFORMAÇÃO** em seu processo exige, portanto, isenção: para não partir logo para a interpretação; para não fazer por antecipação uma seleção das fontes informativas em base a uma interpretação prévia; para distinguir na própria fonte o que é, de fato, informação de possíveis elementos interpretativos implícitos ou explícitos nela.

*A **INFORMAÇÃO** deve ser o mais diversificada e completa possível, para permitir, o encaminhamento responsável da análise, da interpretação e da ação em consequência.

Tendo presente isto, aborde este **ROTEIRO DE AVALIAÇÃO DE INFORMAÇÃO (RAI)** e o aplique aos **QUADROS DE REFERÊNCIA** que lhe são propostos sobre a Realidade Brasileira Nacional/Eclesial: QR 01 e QR 02.

Faça a si mesmo as seguintes perguntas e responda com a maior objetividade. Imagine que está sendo perguntado por uma pessoa que sabe mais que Você, que está mais informada do que Você e pode, portanto, avaliar com precisão o seu grau de informação.

1. Numa escala de 01 a 10, como Você qualificaria honestamente o seu grau de conhecimento a respeito destes temas?
2. Que pode Você dizer com seriedade e responsabilidade sobre esses temas, em termos de informação? Responda concisamente e sem comentários. Não arrisque falar do que realmente não sabe.
3. Você leu aplicadamente algo sobre algum destes assuntos? Algum livro, algum artigo de mais peso, de uma revista ou de um jornal? Você acompanha com certa regularidade algum destes temas na imprensa diária? Em alguma revista especializada?
4. Se tivesse que fundamentar ou documentar o que Você julga saber dizer sobre estes temas, que poderia Você citar com precisão, sem recurso agora a uma consulta?
5. Sobre quais dentre estes temas Você seria capaz de falar com certa desenvoltura diante de:
— um grupo de jovens colegiais de 2º ciclo?

- um grupo de jovens universitários?
- um grupo de operários (as) de indústria?
- um grupo de profissionais liberais?
- um grupo de executivos (as)?

6. Você poderia participar com segurança de uma troca de idéias a respeito de quais destes temas e com qual destes grupos acima?
7. Na vida de sua Província, sobretudo em face de decisões maiores, alguma coisa destes temas é levada em conta? Supõe-se que sejam conhecidos? Transfere-se para alguns o conhecimento específico?
8. Quando Você se pronuncia, emite opiniões ou toma posições a respeito destes assuntos, julga ter para tanto uma informação proporcional ao alcance de sua atitude?
9. Você consegue libertar-se de clichês, "slogans", lugares comuns? Sabe se eles ainda correspondem ao que querem significar?

INFORMAÇÃO

CRB — XI AGO — 1977
DP — 06 / SM 01

SUBSIDIOS METODOLÓGICOS (SM) (Ver DP-03, 3.2)

Para facilitar a pesquisa e estudo mais sistemático dos tópicos apresentados nos QRs, oferecemos estes subsídios metodológicos (SM-01).

1. Escolher o tema ou tópico sobre o qual deseja informar-se.
2. Procurar os DADOS INFORMATIVOS em livros, revistas, semanários ou jornais de comprovada seriedade. Se necessário, consulte um entendido no assunto, sobre o peso e valor da fonte informativa em questão.
3. Tentar PERCEBER o significado e conteúdo da informação enquanto informação, distinguindo-o de eventuais análises, críticas, interpretações, juízos que porventura venham juntos.
4. Distinguir DADOS esparsos, episódicos, ocasionais, conjunturais, fatuais, daqueles já elaborados e sistematizados em quadros ou conjuntos informativos controláveis cientificamente.
5. Procurar nesta fase de informação ater-se ao DADO INFORMATIVO, prescindindo no momento do uso que se possa estar fazendo dele na fonte consultada.
6. Distinguir os DADOS conforme sua origem: órgãos oficiais, órgãos especializados, fontes científicas ou dados de segunda e terceira mão.
7. Diante de DADOS fornecidos a partir de uma amostragem, verificar o grau de validade, rigor e exatidão da mesma.

8. Diante de DADOS estatísticos interpretados, informar-se sobre a posição ideológica de quem interpreta e tentar entendê-los a partir daí.
9. Abrir-se a uma ampla informação consultando as fontes informativas sem exclusões apriorísticas e sem se preocupar nesta fase da informação com as tendências das mesmas.

OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

10. Cada **Província** pode estudar a abordagem do TEMA CENTRAL em nível **provincial**, no início do processo **ou** na sua fase final. Pode fazê-lo numa sessão de estudos nas férias ou em fins de semana. Pode criar grupos de trabalho que animem e impulsionem o processo. Pode convidar peritos para reflexão ou painéis.
11. Cada comunidade **local** pode abordar o TEMA em seu próprio nível, através de um programa regular semanal, quinzenal ou mensal, que permita um real aprofundamento dos diversos tópicos. Ela mesma escolhe o seu modo e o seu ritmo.
12. Não é necessário redigir, enviar respostas, durante a fase de estudo. É fundamental, porém, que, no fim de cada fase (INFORMAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO, CONFRONTO E AVALIAÇÃO) haja conclusões sintéticas sobre cada um dos aspectos (REALIDADE BRASILEIRA: País/Nação, Igreja, Vida Religiosa). É sobre este resultado, enviado pelas Províncias à CRB-Nacional, que a Assembléia Geral realizará o seu trabalho.
13. Na vida quotidiana, dificilmente distinguimos a informação da interpretação. Seria muito importante, porém, que em todo este trabalho fizéssemos o esforço didático e metodológico de separar a INFORMAÇÃO da INTERPRETAÇÃO. Isto ajuda a formar a **consciência crítica**.

INSTRUMENTOS DE TRABALHO

CRB — XI AGO — 1977

SINOPSE DO MATERIAL APRESENTADO

- I — CONVERGÊNCIA, IX, 93 (1976 Jun) 264-267.
 Tema central — Desenvolvimento e dinâmica.
 DP-01 = Circular CRB 022/76 — 12.04.76.
- II — CONVERGÊNCIA, IX, 94 (1976 Jul/Ago) 323-335.
 Fase de preparação.
 DP-02 = Introdução geral.

Primeira fase: **INFORMAÇÃO.**

1. **Informação sobre a realidade brasileira: País/Nação.**
 - * DP-03 = Objetivos e Métodos.
 - * DP-04 = Quadro de Referências (QR-01).
2. **Informação sobre a realidade brasileira: A Igreja no Brasil.**
 - * DP-07 = Objetivos e Métodos.
 - * DP-08 = Quadro de Referências (QR-02).
3. **Documentos de apoio.**
 - * DP-05 = Roteiro de avaliação de Informação (RAI)
 - * DP-06 = Subsídios metodológicos (SM-01)

Primeira Fase. INFORMAÇÃO: A IGREJA NO BRASIL**1. OBJETIVOS**

(Ver DP-03) 1.1. e 1.2.

2. MÉTODO GERAL DE ESTUDO

- 2.1. Levantamento do conhecimento atual que cada um tem da realidade eclesial brasileira conforme o Quadro de Referência (QR) indicado QR 02 (DP-08) e o Roteiro de Avaliação de Informação (RAI) (DP-05).
- 2.2. Reunindo-se em grupo, tomar comunitariamente consciência desses conhecimentos. Completá-los, relacioná-los.
- 2.3. Individuar entre eles algumas constantes, traços dominantes, características principais, problemas crônicos ou conjunturais, afirmações, negações, contradições.
- 2.4. Selecionar para aprofundamento pessoal ou grupal um ou mais tópicos do QR 02 e aplicar-lhe o seguinte método.

3. MÉTODO DE PESQUISA PRÁTICO-TEÓRICA

- 3.1. Estabelecer um primeiro contato empírico para levantamento da situação (visitas, contatos, entrevistas, informações em revistas, jornais).
- 3.2. Confronto sistemático-teórico destas informações assim obtidas com bibliografia específica, a fim de obter informação mais precisa e completa.

NB ➤ Para facilitar a pesquisa e estudo mais sistemático oferecemos alguns Subsídios Metodológicos (SM) (DP-06).

- 3.3. Relacionar o tópico pesquisado com outros tópicos, situando-o no quadro geral de informações.
- 3.4. Neste processo, o grupo ou a pessoa pode sentir a necessidade de melhor ampliar seus conhecimentos também em outras áreas a fim de melhor compreender o tópico pesquisado. Basta reaplicar o método.

4. BIBLIOGRAFIA

- ◆ Para a informação sobre a Igreja no Brasil é menos fácil encontrar-se uma obra abrangente. Em compensação, são acessíveis numerosas fontes que nos são familiares.

- ◆ Mais recentemente vale ressaltar: REB (Revista Eclesiástica Brasileira) SEDOC, CONVERGÊNCIA, GRANDE SINAL, Boletim Mensal da CNBB, Documentos da CNBB (Edições Paulinas), os Planos de Pastoral de Conjunto e/ou de Pastoral Orgânica, nível nacional e/ou regional.
- ◆ Do ponto de vista histórico, informação (e interpretação): HOORNAERT E., **Formação do Catolicismo Brasileiro — 1550-1800**, Vozes — Petrópolis, 1974. BRUNEAU TH., **O Catolicismo Brasileiro em época de transição**, Ed. Loyola, São Paulo, 1974.
- ◆ São indicações apenas. Um contato com as Editoras Vozes, Paulinas e Loyola revela de imediato um grande acervo bibliográfico para o estudo da Igreja no Brasil.

INFORMAÇÃO

CRB — XI AGO — 1977
DP — 08/QR 02

QUADRO DE REFERÊNCIAS (QR) n.º 02 (Ver DP-03, 2.1.)

INFORMAÇÃO SOBRE A REALIDADE BRASILEIRA. A IGREJA NESTE PAÍS

NB ➤ O roteiro de informação aqui oferecido não pretende ser exaustivo. Ele apresenta, porém, tópicos fundamentais de cujo conhecimento depende um mínimo responsável de INFORMAÇÃO sobre a realidade eclesial no Brasil, que justifique **posterior** análise ou interpretação. Estamos, por enquanto, na fase da INFORMAÇÃO. (Ver DP-05-RAI).

1. DIMENSÃO HISTÓRICA

- 1.1. Traços fundamentais da formação histórica da Igreja no Brasil.
- 1.2. A presença da Igreja em momentos fortes da história do Brasil.
- 1.3. A Igreja e o povo do Brasil: adaptação e aculturação; comunicação e incomunicação.
- 1.4. Pessoas decisivas na história da Igreja no Brasil. Bispos, Sacerdotes, Religiosos(as) Leigos(as).
- 1.5. A Igreja no Brasil neste século: antes e depois do Concílio Vaticano II.

2. DIMENSÃO DE EVANGELIZAÇÃO E EDUCAÇÃO NA FÉ

- 2.1. A palavra - oral, escrita e visualizada - que evangeliza.
- 2.2. A iniciação na Fé — Catequese — Sacramento — Escritura.
- 2.3. A perseverança na Fé — instrução, educação, crescimento, convicção, testemunho.
- 2.4. A verdade na Fé — A comunhão na Fé e no Amor.
- 2.5. A unidade no pluralismo.

3. DIMENSÃO DO CULTO E EXPRESSÃO DA FÉ

- 3.1. A palavra, o gesto e o símbolo na liturgia.
- 3.2. A liturgia do Sacramento e sua regulamentação.
- 3.3. A compreensão e vivência da liturgia.
- 3.4. Os cultos e a religiosidade do povo.
- 3.5. A expressão musical da alma religiosa, no culto e na vida.

4. DIMENSÃO INSTITUCIONAL NACIONAL

- 4.1. Composição e organograma da CNBB.
- 4.2. As linhas pastorais da CNBB.
- 4.3. Os grandes temas especialmente tratados pela CNBB nos últimos 3 anos.
- 4.4. Os Planos de Pastoral na Igreja do Brasil e o que está vigente, em nível nacional. Suas prioridades.
- 4.5. Os planos regionais e diocesanos de Pastoral. As prioridades de seu Regional.
- 4.6. Outros organismos da Igreja: AEC, CARITAS, CENFI, CERIS, CRB, SCAI, etc.

5. DIMENSÃO DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA

- 5.1. A Diocese e seu Bispo — Igreja Particular.
- 5.2. As Prelazias e as Missões no Brasil.
- 5.3. As Paróquias territoriais e ambientais.
- 5.4. As Paróquias e Capelas rurais.
- 5.5. As Paróquias nas regiões metropolitanas e/ou industriais.
- 5.6. As Paróquias nas cidades dormitórios e nos grandes conjuntos habitacionais.
- 5.7. Presença pastoral na área de educação e saúde.
- 5.8. As Comunidades eclesiais de base.
- 5.9. Os grupos, movimentos, associações, missões.

6. DIMENSÃO UNIVERSAL DA IGREJA

- 6.1. A comunhão com o Papa — Sensibilidade à autoridade pontifícia.
- 6.2. A Igreja do Brasil e as demais Igrejas sobretudo na América Latina.

6.3. O problema doutrinal, na formação e na oração pastoral.

6.4. Convivência explícita, tensões implícitas, no seio da Igreja.

7. DIMENSÃO ECUMÊNICA DA IGREJA

7.1. A Igreja e sua consciência do pluralismo religioso crescente, no País.

7.2. A Igreja e as outras denominações cristãs.

7.3. A Igreja e as religiões não cristãs.

7.4. O problema do ateísmo.

7.5. O desafio do espiritismo e da superstição generalizada.

8. PRESENÇA DA IGREJA NO MUNDO

8.1. A ação da Igreja hoje junto aos homens.

8.2. A Igreja face à promoção e/ou violação dos direitos humanos.

8.3. A Igreja e a evolução dos tempos: Cultural — Técnico/Científica —
Econômica — Social — Política.

8.4. A Igreja na atual conjuntura sócio-político-econômica nacional e inter-
nacional.

8.5. A dimensão prospectiva na visão dos Homens de Igreja.

8.6. A ação e/ou omissão da Igreja face aos grandes problemas estruturais
da sociedade, em nível nacional e internacional: problema demográfico,
injustiças estruturais, opressão institucional, problema racial, a fome, as
relações entre os Países, a distribuição da renda.

9. DIMENSÃO JURÍDICO-FINANCEIRA

9.1. A estrutura jurídica das instituições de Igreja: Diocese, Paróquia, Obras
tributárias da Igreja: interna e no contexto do País.

9.2. A dimensão econômico-financeira da Igreja.

9.3. O problema da sustentação dos agentes de Pastoral: Bispos/Sacerdotes,
Religiosos(as), Leigos.

9.4. O problema previdenciário na Igreja (IPREC, INPS, outros)

9.5. As fontes externas de suporte financeiro.

9.6. As isenções e os privilégios, históricos e atuais.

NOVAS E RENOVADAS FORMAS DE ORAÇÃO

Pe. Nelson Carloni, SJ

Todo o movimento em torno da oração tende a aceitar o desafio de acabar com a dicotomia entre o SER e o AGIR. Pela experiência que temos tido nos últimos anos, há um tipo de oração que se tornou estéril e que, portanto, deixou de ser "oração" para ser uma busca de satisfazer uma necessidade subjetiva pura ou um cumprimento de uma lei externa. Se bem analisarmos, o "viver bem" está ligado a cumprir **horas e tempos de oração** estabelecidos pela tradição do Instituto a que se pertence. Com isto a oração passou a ser um fardo na vida do cristão e principalmente do religioso e não uma **ação de amor**, um descanso em Deus. A experiência nos ensina que caímos na crise da oração. Ótima crise, porque nos chama hoje a atenção para a redescoberta de meios e modos

de rezar que condigam mais com o homem e partam mais para uma resposta do ser interior do mesmo.

Para muitos a "vida" com suas situações normais e corriqueiras deixou de ser "conteúdo" para a oração. A história passada é frequentemente "tema para oração" enquanto que a "História hoje" é um acidente. Periga fugir do hoje, para um passado, muitas vezes mitificado ou lançar-nos numa esperança estéril de um futuro que vai acontecer, sem nos lançar na "esperança" cristã que leva o homem a assumir a transformação do mundo de hoje, cujo sinal é o mistério da Encarnação.

Sublinhemos o seguinte:

- ◆ A crise da contemplação.
- ◆ A supervalorização da ação.

A crise da contemplação nasce fundamentalmente do fato de o homem hoje estar num mundo em que sua valorização está ligada ao que faz, à atividade que tem. O homem se torna cada vez mais **Faber** e menos **Artista**.

Com isto a vida contemplativa na Igreja sofreu um impacto forte e um convite a mudar a própria visão da contemplação. Assim com a diminuição na Igreja de vocações para a vida contemplativa criou-se nela uma supervalorização da atividade, na qual não há lugar a não ser para o "fazer apostolado". Nós nos acostumamos a chamar "pessoa ativa" aquela que se agita e anda para lá e cá, dando cursos, fazendo encontros. . . E, por conseguinte, não estamos acostumados com a "atividade passiva" que é a atividade cujo objetivo é desenvolver em si a capacidade de "ouvir", "acolher", "aprender", "louvar", "celebrar". Até o "celebrar" ficou sendo na liturgia uma busca de "tantas atividades" que acabou com a possibilidade de ter "numa celebração" o tempo de "acolher" o dom que vem a nós.

O convite está em resolver o problema da atividade do homem. A oração é uma "atividade passiva" que desemboca nas "atividades ativas" do homem. Assim em termos espirituais só é ativo apostolicamente quem unificou a dupla atividade "ativa-passiva".

"O Senhor Deus deu-me uma **língua de discípulo**".

A fonte: O Senhor Deus. Dele vem todo o dom, toda a fecundidade. **Diante da fonte:** atitude de dis-

cípulo que "aprende", que **acolhe**, que é transformado, segundo a Palavra do Senhor. Resposta única a de Maria: "Faça-se em mim. . ." **O dom da língua:** toda a comunicação que aprendo segundo a fonte e seu modelo. A fonte se comunica na gratuidade do amor e a língua de Deus é o Amor. Assim toda a minha ação-comunicação só é fecunda na Fonte. Uso todos os meios, mas a fecundidade é do Senhor. "Pedro plantou, Apolo regou, mas é Deus quem dá o crescimento".

Assim as tentativas hoje de uma nova dimensão de oração estão postas nestes termos. Certa preocupação em querer definir o que seja oração, embanana muita gente por aí. Para começar, oração não se define. "Seduziste-me, Senhor, e eu me deixei seduzir", Jer 20,7.

É um dom. Uma atitude vivencial do ser do homem. Este estar presente com o coração, isto é, com toda a nossa interioridade, em meio ao mundo que nos envolve, nos cerca e nos penetra. É o estar "atento" e "aberto". "Cada manhã Ele desperta meus ouvidos para que eu o escute como discípulo", Is 50,4. É o saber "escutar". "Fala, Senhor"! É neste ritmo de nosso existir que entramos na experiência pessoal do mistério que invade nosso ser. É um dinamizar os talentos, as potencialidades, os sentidos, onde a pessoa toda se liberta e caminha para a sua auto-realização. Para Teilhard era um perguntar: "Não achas, que é uma questão de lealdade e consciência poder extrair do mundo, tudo o que esse mundo pode conter de verdade e de energia"? Esse mundo é o homem. Não se

extraí do vazio. É preciso ser. Isto implica **ser com e ser para**. Mas para “ser com” e “ser para”, é preciso emergir do interior. Isto implica uma dialética: **centração**, ser para dentro e uma descentração, “ser para fora”. Quanto mais a pessoa é pessoa, quer dizer, quanto mais unida consigo mesma e centrada em si, tanto mais ela tende a se relacionar e a se unir ao outro. Esse grande OUTRO que é Deus.

Na oração, a disposição do corpo e da alma, deve ser um todo, nesta linguagem de comunicação e expressão que é: orar com o corpo. Muitas formas novas de expressão do corpo em oração, têm sido vivenciadas por pequenos grupos que buscam uma maneira de interiorizar a Escuta da Palavra.

O homem é um todo: corpo e espírito. É dentro desta situação concreta, existencial que ele responde ao seu Criador. Deixar que na sua vida, Deus vá plenificando o vazio, é o deixar Deus agir. Mas para que a graça de Deus produza cem por um, é necessário que ela caia em bom terreno.

Portanto, é com todo o nosso ser que vamos rezar. Para orar é preciso ter “capacidade”, isto é, quanto mais o homem se tornar ele mesmo, se sentirá consciente de colocar seu corpo nesta atitude de escuta e abertura para acolher o Dom que brota desta capacidade. Portanto, para explicitar a oração com o corpo, não é preciso técnica, mas capacidade de abertura e escuta: “Para vós estendo as minhas mãos. Como terra sem água, tem sede de vós minha alma”, Sl 142,6,

Não é preciso formas para rezar, mas atitude de interioridade; de uma linguagem interior que brota do silêncio. Quando se fala de linguagem do silêncio, entendemos o silêncio criador, aquele que possibilita ao indivíduo “estar disponível à vida mais profunda que palpita dentro de si”.

Santo Inácio no Livro dos Exercícios Espirituais, explicita na adição n.º 4, que para entrar na oração, o exercitante procure a melhor posição para seu corpo e a encontrando, ali se detenha. Na linguagem inaciana, é, com todo o nosso ser, isto é, com todo nosso corpo, que devemos permanecer no núcleo.

“Os gestos externos querem simplesmente, exprimir a posição global da pessoa, do Eu humano, que se prepara, a fim de estar na presença do Tu Divino. É a atitude de Moisés perante o arbusto ardente no deserto”, Êx 3,1-14.

Nesta dimensão de orar com todo o corpo, podemos explorar os Salmos. “Tu enches o meu ser até a plenitude fazendo aflorar aos meus lábios canto de alegria. Até mesmo durante o meu repouso, está viva em mim a tua lembrança”, Sl 62.

Que atitude corporal poderíamos tomar para que nosso corpo expresse em gestos, toda a realidade interior deste versículo? O mesmo se poderia perguntar ao rezarmos um versículo de um texto evangélico: “Graças te dou, ó Pai, Senhor do Céu e da terra”, Mt 18,25. A resposta virá espontânea. É só deixar que Deus fale em nós.

Oração dos sentidos

Para grupos menos vivenciados, explorar os sentidos externos: ver, ouvir, sentir, perceber, saborear. Para se chegar a uma interioridade da mensagem, é de suma importância colocar o corpo em atitude de oração. "A aplicação dos sentidos é também uma das formas de ascese, isto é, um dinamismo externo e interno para se chegar à contemplação".

O convite é para que todos os nossos sentidos ultrapassem o exterior e vá além de... , isto é, no núcleo da mensagem. Tudo na pessoa deve ser convidado a "escutar, ver e sentir a vida". Através deles podemos "gostar e saborear as coisas internamente". Vejo e ouço, com olhar de Fé; sinto e saboreio internamente a mensagem; toco e uso expressões que traduzem a doação de algo bem íntimo.

Se tudo na pessoa deve ser convidado a escutar, ver, sentir a vida e nós somos um todo: corpo e espírito, o corpo deve ser preparado para isso. É preciso criar um clima de abertura total. O processo deve ser, mais ou menos, o seguinte:

Deitar de preferência no chão e fechar os olhos.

Deixar que o corpo se relaxe totalmente, não para dormir, mas para melhor se concentrar. Tomar consciência de que ele é este todo.

Respirar profundamente e ir percebendo o ritmo da respiração. Sentir como ela enche todo o corpo, eliminando as tensões. Não deixa de ser um processo de libertação.

Escutar uma música suave, deixando-a aos poucos levar o corpo a uma descontração total.

Perceber pelos sentidos, o como os sons externos chegam até nós e qual nossa reação interior.

Procurar examinar o que nos deixa tensos.

Sentir tudo que nos envolve: "Senhor, tu me envolves de todos os lados", Sl 138.

Tomar consciência de que todo o seu corpo se abre para a vida: "Levanto as minhas mãos, Senhor, como terra seca e desolada, eu anseio por ti", Sl 142.

Depois de se sentir nesta atitude de abertura, escutar um salmo ou um texto bíblico que leve a uma resposta interior. Uma música suave pode nos ajudar a rezar. Bem naturalmente e espontâneo, a pessoa pode expressar com gestos, como esta mensagem repercute interiormente. Então o seu corpo pode tomar uma atitude de súplica, de louvor, de contrição, de alegria. Se sentirmos necessidade de permanecer neste silêncio total do corpo, fiquemos ali. O importante não são os gestos mas o sentir-se um todo em oração, aberto para Deus. É isto rezar com o corpo.

Oração pelo ritmo

Santo Inácio no Livro dos Exercícios, apresenta a oração pelo ritmo como um dos modos de se rezar. O ritmo da respiração corporal impõe um movimento regular,

que pode favorecer a concentração e o recolhimento para se rezar. Desse modo, se estabelece um "ritmo de respiração espiritual", que permite a pessoa experimentar e sustentar sua oração como a respiração da vida!

Sabemos da importância da respiração na vida da pessoa. Nosso andar, falar, olhar, ouvir, impõe movimentos, ritmados, coordenados pela respiração. Qual é o seu ritmo de respiração? Já paramos para perceber? É um exercício, para o qual deveríamos estar atentos a cada momento, e no entanto, achamos banal. Podemos, a partir do ritmo de nossa respiração, fazer emergir uma oração. Vejamos como Santo Inácio nos propõe:

"A cada suspiro ou a cada sopro da respiração, rezar-se-á mentalmente dizendo uma palavra do Pai Nosso ou de qualquer outra oração que se recite, de maneira que só se diga uma palavra entre uma respiração e outra, e, durante o tempo que vai de uma respiração a outra, atenda-se principalmente à significação da tal palavra". Livro dos Exercícios, nº 258.

Ainda de uma outra maneira podemos rezar o Pai-Nosso ou Ave-Maria, ou ainda, outra oração vocal. Tomando sempre a posição que mais convier, tendo os olhos fechados ou fitos num lugar, dizer a palavra Pai, por exemplo. Permanecer na consideração desta palavra tanto tempo quanto nela sentir alimento. Sem pressa, deixar que elas brotem espontâneas e vão repercutindo dentro de nós. Estamos rezando. Livro dos Exercícios, ns. 252 a 257.

Leitura bíblica

Diante da palavra do Senhor, podemos tomar o texto e num primeiro momento fazer uma leitura bem pausada, sem pressa, calma e repousante. Por um bom tempo, se colocar diante do texto. Sem preocupação de tirar conclusões. Verificar o contexto.

Retomando o texto, vamos parando nos lugares que mais nos chamaram a atenção. Enquanto nos satisfaz, fiquemos ali. Talvez, seja uma palavra, uma atitude, uma situação. Repita-a, muitas vezes, saboreando-a, tornando-a vida no seu coração. Moções internas virão à tona e sua atitude será de louvor, de alegria, de reconciliação, de compromisso, de resposta, de vida.

É isso interiorizar a palavra de Deus. Deixá-la apoderar-se de todo o nosso ser e pela força do Espírito Santo ir-nos transformando para na realidade sermos essa imagem e semelhança de Deus.

Oração partilhada

É do homem comunicar ao outro sua experiência de vida. É do homem partilhar com os irmãos a riqueza do agir de Deus na sua história. É a partir da Palavra de Deus que os primeiros cristãos partilhavam não só os bens materiais mas sobretudo os dons espirituais, At 4,32.

É também a partir da Palavra de Deus, que somos levados a repartir, diante do texto que nos interpela. Colocar em comum aquilo que para mim foi experiência de vida,

exige uma grande simplicidade, um olhar sincero sobre mim mesmo; uma atitude de pobre.

Partilha-se porque se está reunido pelo Cristo, numa comunhão de Fé. É o Espírito que nos torna participantes do bem supremo, Jesus Cristo, que é "participação da vida do Pai" Jo 16, 15. Portanto, a vida de oração e vida de partilha estão interligadas, assim "como os ramos estão ligados ao tronco".

Atualmente, algumas experiências desse tipo de oração têm sido vivenciados por grupos de adultos e jovens que procuram rezar juntos a Palavra do Senhor, tentando integrar a vida, segundo a revelação. É um estar atento à Palavra de Deus e à vida, aceitando que Deus entre em nossa vida e a ilumine segundo os critérios de Jesus Cristo, e a partir desses critérios, converter-nos.

Três momentos da oração partilhada: 1 — Ler ou ouvir com atenção; perceber a "mensagem" objetiva, para todos. 2 — Perceber a "mensagem para mim". 3 — Comunicar a "mensagem para mim", aos outros. Não se trata, portanto, na partilha a não ser da comunicação de como a objetividade da mensagem penetra sua subjetividade.

Interiorização pela música

Estamos tão viciados em cantar por cantar, que esquecemos o essencial: fazer emergir do canto uma linguagem nova, expressa pelas palavras, melodias e ritmos que a música quer nos comunicar. É preciso

saber que o homem é um todo indivisível. O que os sentidos externos recebem, faz repercutir na alma; o que a alma sente deve ser expresso por gestos e sons como resposta do ser da pessoa. É o que deveria acontecer com o canto. De tal maneira atingir o interior para vir a ser expressão de nossa vida.

A tentativa de fazer o povo rezar, através dos cantos, faz parte também de uma experiência de oração. Deveríamos estar atentos a isto, para que, em nossas celebrações litúrgicas e encontros de aprofundamento, o canto seja momento forte de interiorização; de oração. Como pode isto acontecer? É simples!

Todo o ser tem condições de acolher a mensagem desde que crie um clima de abertura, de escuta e de acolhimento para deixar que Deus aconteça, para que Deus se manifeste no seu íntimo. Num primeiro momento, seria fazer simplesmente as pessoas entrarem em contato com as palavras do canto. Um segundo momento é aprofundar a mensagem que o autor quer comunicar, explorando a riqueza e dimensão das palavras como vida. Seria situar-se neste linguajar.

Só então, entra a melodia, que vai fazer a harmonia da mensagem com o ritmo, expressando uma nova dimensão de apelo. O canto então neste processo de interiorização apresenta outra conotação, nova atitude de vida. Muita gente se serve do canto, para animar as comunidades, mas poucos sabem explorar essa fonte de riqueza interior que facilmente chega a nossas mãos co-

mo instrumento para oração. Vale a pena tentar esta nova maneira de rezar.

Exercícios espirituais

Dentro do nosso ritmo, na vida religiosa, é de capital importância uma parada de alguns dias, no nosso dia-a-dia, desligando-nos das atividades comuns, tomando distância dos fatos, e nos recolhendo, de preferência num ambiente de silêncio e tranquilidade para tempo forte de oração solitária.

Quando não sabemos “perder este tempo”, estamos nos esvaziando do que é essencial na vida consagrada; escutar a Deus atentamente e longamente.

Neste tempo forte de interiorização, revemos nossa vida diante de Deus com momentos intensivos e extensivos de oração. É um tempo de intensa atividade pessoal, onde o Espírito Santo é o próprio autor que, “num tempo privilegiado da graça, leva o exercitante, através de uma catarse progressiva e interna para o encontro pessoal com o Deus vivo”, Pe. Geza, E.E., n.º 1.

“Dá-se o nome de Exercícios Espirituais, a esse tempo em que se prepara e dispõe a alma, para tirar de si todas as afeições desordenadas e, afastando-as, procurar a vontade divina, na disposição da vida para a salvação da alma”, E.E., n.º 1.

Santo Inácio leva o exercitante durante oito dias, a meditar e contemplar a vida de Jesus Cristo onde nossa vida é revista a partir desta Revelação. Esta mesma experiência, é também vivida num período de 30

dias dividido em quatro semanas a que chamamos “retiro de 30 dias” ou grande retiro.

Atualmente, algumas experiências, têm sido feitas nesta linha de espiritualidade. Partindo da experiência inaciana que leva o exercitante durante oito dias a rezar sua vida à luz do Mistério da Salvação, o retiro por etapa, divide esse período em quatro vezes no ano.

Assim, quatro vezes ao ano um mesmo grupo de religiosas se encontram para esse tempo forte de oração. A partir de cada etapa, cada uma faz seu tempo extensivo na vida quotidiana, revendo e examinando sua vida à luz do Mistério proposto como tema de oração. Procura-se viver à Luz do tempo intensivo de cada etapa, um período de dois meses mais ou menos. Assim a atenção para aproveitar na vida comum, o que de modo especial se fez em quatro dias.

Retiro na vida

Como muita gente não tem tempo mais longo para tirar a fazer o retiro intensivo, faz-se a experiência de encontros semanais em que a pessoa, recebe orientação para rezar durante os dias da semana, tirando tempo e revendo sua vida à luz do mistério proposto. Ver: “Oração ao ritmo da Vida” e “Vida e Contemplação”, dois livros que querem ajudar a este tipo de oração.

Oração carismática

A oração carismática não pretende ser uma maneira nova de se rezar, mas procura acentuar alguns

aspectos que nos permitem aceder a uma oração mais profunda, através dos dons do Espírito Santo. São Paulo nos fala dos dons espirituais nos capítulos 12,13 e 14 da sua primeira carta aos cristãos de Corinto: "Assim, uma vez que aspiramos aos dons espirituais, procurai tê-los em abundância para edificação da Igreja", 1 Cor 14,12.

Os carismas são concedidos gratuitamente pelo Espírito e como tais pertencem à natureza da Igreja; uma das dimensões da Igreja é precisamente ser carismática. Os dons são dados pelo Espírito para o serviço da comunidade cristã, fazendo do cristão uma testemunha da verdade que é Jesus Cristo. "Um é o mesmo espírito que distribui todos estes dons, repartindo a cada um como lhe apraz (1 Cor 12,17). Todo cristão possui um ou mais carismas.

Uma primeira dimensão da oração carismática é o reconhecimento do "senhorio" de Jesus Cristo. Jesus Cristo é o meu Senhor. Evidentemente não se trata de uma simples afirmação teórica, trata-se de ter realmente na vida Jesus Cristo como único Senhor, querendo obedecer em tudo ao seu Evangelho e eliminando todos os ídolos de qualquer natureza que sejam. Levar a sério essa afirmação fundamental do Novo Testamento: "Jesus é o Senhor" é muito comprometedor.

Uma segunda dimensão é experimentar a ação do Espírito Santo que reza em nós e nos leva a essa certeza: "ninguém diz Jesus é o Senhor, senão sob a ação do Espírito Santo" (1 Cor 12,3). Deixar-se conduzir por esse Espírito é ter

acesso a uma oração mais densa e profunda, assim como a uma comunhão com o Pai que nos leva realmente a viver como filhos. O cristão deveria ser alguém que vive segundo o Espírito e deixa-se agir ou guiar pelo Espírito: "Se vivemos pelo Espírito, caminhemos também segundo o Espírito" (Gál 5,25).

Uma terceira dimensão ou característica marcante da oração carismática é o louvor, a adoração, a ação de graças. Os católicos habituaram-se a dirigir-se a Deus somente para pedir. Evidentemente a oração de petição tem um lugar na vida cristã, mas a oração carismática chama a atenção para a gratuidade na oração, pela qual saímos de nós mesmos, gratuitamente para Deus, louvando-o, adorando-o, agradecendo-lhe. Jesus Cristo é o centro, é o Senhor, não é preciso que fiquemos pedindo todo o tempo pois ele "conhece nossas preocupações e cuida de nós" (1 Ped 5,7).

Os dons constituem uma quarta dimensão dessa oração carismática. "A cada um é dada a manifestação do Espírito para proveito comum" (1 Cor 12,7).

a) O dom das línguas. Segundo a interpretação teológica mais comum o dom de línguas, é, essencialmente, um dom de oração. Não é tanto o falar, mas o expressar com o coração que permite à pessoa orar no seu nível mais profundo, pois trata-se de uma oração não conceptual. "Quisera eu que todos vós falásseis línguas..." (1 Cor 14,5).

b) O dom da fé. São Paulo coloca a fé entre os dons carismáticos (1 Cor 12,9). Por esse dom nossa

oração de petição torna-se expectante, isto é, reza-se na expectativa de que Deus vai responder: "Em verdade vos declaro: todo o que disser a este monte levanta-te e lança-te ao mar, se ele não duvidar no seu coração, mas acreditar que tudo o que diz se vai realizar, tudo o que disser será feito. Por isso vos digo, tudo o que pedirdes na oração, crede que o tendes recebido e ser-vos-á dado", (Mc 11,23-24).

c) A profecia. "Empenhai-vos em procurar a caridade. Aspirai igualmente aos dons espirituais, mas sobretudo ao de profecia. Aquele que fala em língua, não fala a homens, senão a Deus, ninguém o entende, mas fala coisas misteriosas sob a ação do Espírito. Aquele, porém, que profetiza fala a homens, para edificá-los, exortá-los e consolá-los. Aquele que fala em língua edifica-se a si mesmo, mas o que profetiza, edifica a Igreja de Deus. Ora, desejo que todos faleis em línguas, porém, desejo muito mais que profetizeis. Maior é quem profetiza do que quem fala em línguas, a não ser que este as interprete, para que a assembléia receba edificação", (1 Cor 14,1-5).

d) A palavra de ciência. É um dom pelo qual o Espírito nos revela a raiz profunda de nossos problemas ou dos outros, para que, os ajudemos pela oração, a libertar-se deles.

e) A palavra de sabedoria. É o dom pelo qual o Espírito nos inspira o que devemos fazer ou dizer em determinadas situações ou circunstâncias em que nos encontramos.

Oração carismática em grupo

Normalmente as reuniões de oração carismática são feitas uma vez por semana, sem esquema pré-fixado: canta-se, ouve-se a palavra de Deus, há um ensino (momento de doutrina que é ministrada por um sacerdote ou outra pessoa preparada), há orações espontâneas, há o louvor coletivo, há profecias (que não consistem sobretudo em prever o futuro, mas em exortar, edificar e consolar... 1 Cor 14,3-4).

Cada um dos participantes, profundamente atento às moções interiores do Espírito é livre para tomar a iniciativa que lhe for inspirada: puxar um canto, fazer uma oração espontânea, ler um trecho da Bíblia... O grupo se reúne na fé de que onde dois ou três se reúnem em nome de Jesus, Ele está no meio deles, isto é, na fé em uma presença e em uma manifestação particular do Senhor no grupo, presença e manifestação mais intensas do que quando cada um reza sozinho em casa e em seu quarto.

A tônica de um grupo de oração carismática é o louvor, a adoração e a ação de graças. Grande parte do tempo de oração em grupo se passa no louvor, ouvindo a palavra de Deus, acolhendo-a e respondendo a ela, cantando melodias cujas letras são densas de louvor, orações espontâneas de louvor e gestos propriamente ditos.

Na medida em que as pessoas vão participando de um grupo de oração, vão sentindo a necessidade de uma oração pessoal. Nota-se que um grupo de oração é tanto mais

rico, quanto mais os membros rezam individualmente. Os testemunhos constituem a parte final da reunião. É o momento em que cada um pode relatar ao grupo o que Deus está realizando em sua vida, ou o que Deus está fazendo para os outros através dele.

Esta experiência, vivenciada atualmente por vários grupos de pessoas, vem sendo bastante positiva, levando os participantes a um conhecimento pessoal de Jesus Cristo, a uma libertação interior e a um engajamento pastoral responsável. Todos os dons são orientados para um melhor serviço à Igreja.

Concluindo

Não fazer de nenhum modo “o modo” de rezar, mas estar aberto a tudo o que mais ajuda alguém a viver a grande realidade da revelação que é o SER FILHO e SER IRMÃO. Todos nós sabemos que a espiritualidade cristã se baseia fundamentalmente em dois mistérios fundamentais: A ENCARNACÃO e a RESSURREIÇÃO.

A encarnação nos leva a “estar no mundo” descobrindo nele “um dom do Pai aos filhos” e uma fonte de revelação do amor do Pai. Assim a nossa história é a história da presença do amor de Deus através dos sinais da vida. Se a nossa oração nos leva a nos engajar na história e a querer mudar a história sem medir as consequências, afirmando que a dimensão da vida ultrapassa qualquer verificação hu-

mana, é uma oração cristã. Se não, se não nos abre a percepção do mistério de Jesus Cristo encarnado, se nos aliena dos aspectos que envolvem o homem, como a família, sociedade, não podemos chamar de espiritualidade cristã, porque nega a encarnação.

A ressurreição, ao mesmo tempo, nos chama a atenção para a transcendência da vida do homem e não nos deixa colocar a finalidade de toda a ação nas dimensões verificáveis pela nossa inteligência. Assim, somos chamados a fazer a descoberta do amor de Deus, na atividade humana:

1 — Fazer da vida uma percepção da Revelação de Deus. Para isso desenvolver em nós o espírito “contemplativo”, a “atenção”. Rezar segundo o ritmo da vida e do ritmo que repercute em você, aspecto subjetivo.

2 — Uma atenção à fonte bíblica. Tempo de oração objetiva, mais ascética porque não conta sempre com a sensibilidade. É preciso viver segundo a convicção de que a Bíblia é LUZ do Senhor que ilumina os passos das pessoas. Muita gente desviou-se desse tipo de oração, simplesmente porque, com um subjetivismo bárbaro, caiu na de rezar só quando “sente” vontade.

3 — Um exame sobre a vida. Procurar contemplar a Deus na sua vida. É um re-acolher “acolher de novo” o que se passou no dia. É uma oração indispensável para o homem de ação.

A União dos Superiores Gerais (USG) e a União Internacional das Superiores Gerais (UISG), de Roma, realizaram uma pesquisa empírica sobre a **Formação para a Vida Religiosa Hoje** que, pela amplitude da temática e pela extensão geográfica, é a maior tentativa no gênero. Os questionários foram enviados em fins de 1971. Os dados foram recolhidos no segundo semestre de 1972 e elaborados em 1973. Foram publicados em 1975. As respostas vieram de 75 países de todos os continentes; 1900 formadores estiveram ativamente empenhados no processo e 15.000 jovens religiosos e religiosas participaram da pesquisa. É uma visão conjunta e detalhada da problemática. **CONVERGÊNCIA** publica o capítulo VIII: **Observações Conclusivas**, do volume de 374 páginas que resume o trabalho. É a pesquisa mais recente que se pode ter ao alcance.

A FORMAÇÃO PARA A VIDA RELIGIOSA HOJE

A leitura de um relatório tão longo e tão rico de dados, como este, não facilita uma visão sintética da situação da formação. Os muitos detalhes, úteis para avaliar a complexidade da obra formativa, têm um efeito dispersivo. Por esta razão, vamos resumir as principais

tendências emergentes e algumas linhas operativas. O fato, porém, de haver diagnosticado algumas situações, de haver tocado a dinâmica e os pressupostos psico-sociológicos, não significa ter já prontas as modalidades de intervenções.

Queremos, pois, sublinhar que os resultados desta pesquisa não podem ser tomados como algo definitivo, completo, dogmático. Pelo contrário, eles são frutos de um primeiro **approach** do problema e, portanto, não podem ser qualificados de conclusões próprias e verdadeiras, como verificação científica. São, melhor se expressando, simples hipóteses fundadas. Tais resultados precisam ser objeto de uma análise mais adequada, mais metodologicamente rigorosa, nas suas várias partes: proposição das hipóteses, operatividade dos conceitos subentendidos, levantamento adequado, elaboração estatístico-matemática mais rica. Não resta dúvida, porém, que já é muito o que a pesquisa oferece.

Sabemos quanto é lento e laborioso o crescimento teórico em qualquer área do conhecimento. Pressupõem-se muitas fases preparatórias: 1) Intuições preliminares e de conhecimento abstrato do tema. 2) Uma primeira elaboração. 3) Construção de hipóteses de trabalho não apenas baseadas em pressupostos teóricos mas, de alguma maneira, já experimentados em campo. 4) Ulteriores verificações e generalizações atuadas metodológica e rigorosamente. 5) Conclusões e teorias, de longo, médio e curto alcance, cientificamente válidas.

Dada a atual fase de evolução das pesquisas neste campo da formação em geral e, da nossa pesquisa em particular, dadas as poucas tentativas de aplicação dos conceitos psicológicos e sociológicos à vida religiosa, podemos situar os resultados de nossos estudos, entre a segunda e terceira fase. Se alguém,

leigo ou muito esperançoso dos confrontos da pesquisa em geral, considerasse pouco, afirmaríamos não ser tão pouco assim. Podemos estar satisfeitos com esta colocação, ou seja, com esta avaliação limitada dos resultados.

Toda pesquisa deve ser julgada pelas finalidades concretas a que se propõe, pelo grau de desenvolvimento das pesquisas do setor, pelos limites metodológicos programados e propostos. De tudo isto temos honesta consciência.

A estas razões devemos acrescentar mais uma, relativa ao tempo. Passaram-se três anos entre a revelação dos dados e a apresentação dos resultados. Mas não é tudo. É preciso considerar também a velocidade das transformações sócio-culturais que caracterizam nosso tempo. É exatamente o nosso caso. Os dados foram recolhidos na segunda metade de 1972 e elaborados em 1973. Somente agora foi possível publicá-los.

E preciso ainda admitir que a velocidade da transformação sócio-cultural não é uniforme. Ela apresenta ritmos diferentes conforme as áreas culturais, os Institutos, os segmentos e componentes da mesma problemática. Por isso, nas diversas áreas culturais, nos diversos Institutos, no confronto da situação atual com aquela apresentada no relatório, faz-se mister levar em conta estes elementos e verificar o que sofreu maior ou menor evolução.

Não se pode também julgar os dados como sendo "históricos", afastados no tempo. Nem, muito menos, em um complexo de dados

fragmentários pouco significativos, como poderia pensar algum leitor leigo ou afeito às primeiras experiências em metodologia. Nem se pode concluir: tempo e energia perdidos como pensam todos os opositores preconcebidos, diante de qualquer contribuição das ciências do comportamento, relativa à natureza religiosa. Os dados provêm de um número elevado de respostas que se podem examinar, ratificar, concluir significativamente. Representam situações bastante variadas e diversificadas e, como em qualquer pesquisa, são frutos de respostas dadas quase simultaneamente, na base de um estímulo homogêneo. Afinal, representam uma visão conjunta e bastante detalhada da problemática, a mais recente que se tem ao alcance.

A pesquisa, pois, pode ser útil, feitos os devidos descontos, útil pelo conteúdo que representa, pelas indicações que contém relativas aos programas formativos, aos planos de ação e aos setores que afetam. Neste aspecto não há necessidade de simplificar as coisas nem de importar métodos de uma área cultural para outra, de um Instituto para outro, ou querer imitar acriticamente iniciativas atuadas em outras partes por outros.

Levem-se ainda em conta os múltiplos aspectos (ambientais, sócio-culturais, históricos, pessoais, etc.) que concorrem numa determinada experiência e iniciativa. Todavia, mesmo não se verificando esta importação, as experiências e iniciativas atuadas em outras paragens e por outros agentes, são pontos de referência, de estímulo, de sugestão, etc. A

pesquisa pode oferecer confirmação ou desmentido a certas posições não totalmente claras e até duvidosas que alguns poderiam ter como amadurecidas, ou oferecer um apoio e uma documentação ou recusa de métodos, de orientação geral na tomada de posição ou na solução de casos particulares.

Isto deveria induzir os leitores a não nos atribuir esta concessão: os jovens teriam um poder divinizador dos tempos e das expectativas do mundo atual. Esta convicção não é justificável nem tomando por base outros conhecimentos da "condição juvenil" nem à base dos resultados de nossa pesquisa. Às vezes afirmamos que "os jovens são porta-vozes das expectativas da Igreja e do mundo no confronto dos Institutos religiosos". Como ainda: "o pressuposto da pergunta (n.º 8, sobre os tipos e atividades) era a convicção de que os jovens podem perceber mais facilmente as expectativas do ambiente". "Os jovens mais facilmente prevêm os tempos, querem o desenvolvimento doutrinal embora nem sempre sejam seus construtores". Não deixamos de afirmar também que as atitudes dos jovens são ambivalentes e que realmente os jovens não vêm, como teoricamente se esperaria, a necessidade de uma adesão notável ao empenho social e político, uma vez que os teóricos prognosticam como sendo a desembocadura por onde se estuará amanhã o testemunho dos religiosos. Cremos, sintetizando, que, realisticamente, são avaliadas as atitudes e as intuições dos jovens, com seus limites e suas possibilidades.

Assim, circunscritos as possibilidades e os limites da pesquisa, cremos ser útil agora, as indicações sintéticas que descrevem a atitude dos jovens hoje e alguns aspectos importantes que caracterizam a problemática da formação.

Não deverá ser surpresa se tudo não for positivo. Os jovens aparecem como são na realidade. A formação não pressupõe os jovens e as jovens religiosos diferentes dos jovens e das jovens seus coetâneos e nem espera que apresentem apenas aspectos positivos. Não se pode pressupor aquilo que se quer construir. Podemos indicar em três grandes categorias as várias indicações conclusivas. Além do relevo dado à **tipicidade dos jovens**, temos:

I — Aspectos positivos que relevam

- 1) O radicalismo dos jovens.
- 2) A orientação para os valores.

II — Aspectos negativos emergentes

- 1) da instabilidade e insegurança dos jovens;
- 2) da contraditoriedade entre a projeção ideal e o comportamento concreto.

III — Novas exigências e instâncias:

- 1) Baseadas numa acentuada atitude crítica
- 2) que prospectam orientações para novas estruturas
- 3) que exprimem desejo de participação e envolvimento sempre mais crescente no processo formativo e na vida comunitária.

Individuando e classificando como positiva ou negativa esta ou aquela indicação, queremos sublinhar a relação entre os vários aspectos da situação existencial dos jovens e do processo formativo. O juízo, portanto, não é expresso diretamente em relação às pessoas, mas em relação aos conteúdos como tais, à funcionalidade e disfuncionalidade destes últimos em relação ao processo formativo. Seja como for, ou se aceitam como dados (positivos ou negativos) dos quais não se pode prescindir, ou então, corre-se o risco de atuar uma formação totalmente aérea e fora da realidade. As novas instâncias são vistas como condições estruturais sem as quais nenhuma ação formativa, mesmo atendendo a outras eventuais exigências, poderá ser incisiva e válida.

Tipicidade dos jovens

Em primeiro lugar se deve relevar a percepção que os jovens têm de si mesmos em relação aos próprios coetâneos. É um traço muito importante. É uma constatação que permite utilizar parâmetros provenientes da análise da condição juvenil, prescindindo da carência de pesquisas concretas sobre a situação dos jovens religiosos. Naturalmente é indispensável considerar as diferenças objetivas e subjetivas, as diferenças de fins, de contexto, nas quais se atua a educação deste ou daquele grupo.

Uma semelhança fundamental se verifica também neste fato: nos jovens religiosos se descobrem as três características que se descobrem também nos jovens em geral no

que se refere às mudanças. Os jovens religiosos se classificam nestas três subdivisões de orientação: **inovador, tradicional, ambivalente**. Note-se ainda que é idêntico o conjunto de temas a respeito dos quais os mesmos jovens se sentem semelhantes a seus coetâneos. A percepção de semelhança prevalece sobre a percepção de diversidade. E esta é mais acentuada nas jovens religiosas. Seja como for, a diferença entre os dois subgrupos não é tão marcada assim. É interessante notar que as respostas consideradas por continente não apresentam diferenças. Isto revela que tal semelhança não comporta uma base geográfica. Mas está baseada sobretudo na diferença de geração; geração não simplesmente como fato biológico, mas como dado cultural. Além deste dado geográfico observa-se ainda a exclusão da incidência da "classe social" de proveniência.

Quanto às articulações de tal semelhança, podem-se observar todo o relevo dado à problemática social, a atenção para os valores sociais, etc. Evidentemente, portanto, uma análoga sensibilidade social e pessoal, provavelmente no esforço de equilibrar os dois aspectos, numa nova visão do social e do pessoal.

Tal atitude é confirmada sensivelmente por indicações diretamente deduzidas de outros temas. Uma comparação com outras pesquisas faz emergir, com facilidade, este fator. Esta atitude transparece em muitas perguntas do questionário.

Não faltam, entretanto, indicações contrárias. São indicações que

aparecem em vista das divergências frente aos valores sociais, às atitudes psicológicas. Não podem ser consideradas, todavia, contraditórias. Esta divergência poderia ser explicada por certo distanciamento entre os jovens religiosos e seus coetâneos, sobretudo porque os jovens religiosos, de maneira bastante relevante, enquadram os valores sociais e pessoais dentro da problemática da fé. Talvez isto fizesse emergir a diversificação de atitudes análogas embora baseadas em ideologias diversas.

O setor onde a dessemelhança é bastante sensível é aquele constituído pelos valores sobrenaturais. Isto se deve exatamente pela visão mais clara e aprofundada e ainda por uma orientação diversa. Os jovens religiosos percebem a própria diferença dos seus coetâneos que não atuaram uma opção de vida escolhendo o caminho da radicalidade evangélica, porque aqueles não se empenharam nesta linha, não valorizando suficientemente a componente religiosa na própria vida. Será pois legítimo evidenciar, embora não se tenha provas diretas, que o fundamento da vocação hoje está mais e melhor assentado numa escolha de fé. Isto comporta não apenas uma escolha tradicional, sócio-cultural, ou seja, uma escolha que, de algum modo, estaria condicionada a elementos externos: pais, ambiente, seminário menor, etc., mas a uma escolha pessoal, potenciada por uma experiência de oração pessoal e comunitária, a reflexões de fé sobre os fatos da vida cotidiana.

Este estado de coisas poderia sugerir um juízo ambivalente sobre a

posição dos jovens. De uma parte seu testemunho poderia aparecer mais válido e mais compreensível. De outra, mais diluído e inexistente. O que valeria também para a sua ação efetiva futura. Poderia ser mais incisiva, porém, menos qualificada religiosamente também.

Por fim, metodologicamente se pode sublinhar como a preparação dos formadores deveria basear-se num bom conhecimento da psicologia e da sociologia aplicadas à educação, sobretudo considerando a condição juvenil hoje. Este conhecimento certamente afinará a sensibilidade do formador que perceberá as peculiaridades, mais ou menos, momentâneas da situação evolutiva, em sentido religioso, dos jovens de quem é responsável.

Uma outra indicação é a necessidade de não dispersar os grupos afins. Tal segregação traria consequência negativa no desenvolvimento harmônico dos jovens. É indispensável sublinhar a necessidade de uma formação que considere a situação atual do mundo e a situação local. São dois aspectos que requerem uma atenta consideração. A situação mundial não deve levar a um superficialismo e a uma veleidade estéril, como também a atenção à problemática local não pode transformar-se em provincialismo e bairrismo míope, que impede a visão do horizonte aos jovens, no sentido da catolicidade e da universalidade do ideal evangélico da Igreja e do próprio Instituto.

I. ASPECTOS POSITIVOS

1. Radicalismo dos jovens

Uma conclusão evidente pode ser expressa numa frase muito da moda e, por isso mesmo, realista: **o radicalismo evangélico**. Este radicalismo deve ser entendido como concretização, no setor religioso, de outro fenômeno mais amplo, isto é, o radicalismo dos jovens. É uma projeção ideal como exigência de autenticidade nos conteúdos e nas manifestações externas. Este radicalismo se expressa em generosidade, disponibilidade ao sacrifício, entusiasmo para grandes programas, para ações de impacto, etc. Abrange

a intolerância nos confrontos com qualquer tentativa de hipocrisia, de compromisso, de acomodação, de burocratização dos ministérios, etc. A atitude de intolerância se estende à maleabilidade nas mudanças, aos processos lentos e excessivamente prudentes, o que leva a situações que os jovens não admitem como dilatáveis. Eles consideram que no contexto da vida religiosa são mais negativos e disfuncionais o medo e a ânsia nos confrontos com o novo, manifestados pela autoridade. Acham que é aceitável o eventual risco de errar em relação a algum ponto ou problema não essencial.

O radicalismo leva os jovens em busca de originalidade na imagem pessoal e comunitária; de espontaneidade que deveria caracterizar a ascese, a oração, o apostolado e o campo do apostolado (numa palavra, toda a vida religiosa); de existencialidade na relação com Cristo e com os irmãos, com os bens deste mundo; busca afinal de presença da fé na vida. Isto os torna críticos e anticonformistas diante das estruturas da Igreja, do Instituto, da Escola, da evolução por etapas e dos esquemas de formação, da sociedade, de seus vários componentes, etc.

Paradoxalmente, mas igualmente verdade em Psicologia, o radicalismo é tomado muitas vezes como direito a experiências novas. Não se trata, é claro, de um direito de errar, quando uma lei moral é clara e evidente, mas no sentido de que é normal o processo "da tentativa e do erro". O princípio é aplicável não apenas numa elaboração artística ou literária, numa experiência das leis da dinâmica, mas ainda na organização da vida pessoal e comunitária, nos pronunciamentos diante de situações de injustiça e de exploração de outros, nos planos pastorais, no risco de uma teoria envolvente pelas conseqüências, nos perigos de certas formas de inserção no mundo. Aqui está realmente o pressuposto psicológico de tantas experiências de vida comunitária, de vida de trabalho, de inserção na problemática social, nas relações sociais, etc.

Óbvio que nem tudo é positivo, realístico, coerente. Com freqüência

a realidade é analisada de maneira muito subjetiva e, às vezes, até egoisticamente. Nem sempre este resultado é percebido de maneira consciente. Para se justificar esta carência várias razões podem ser aduzidas. A excessiva precipitação e inacabamento na formação, o apego emotivo a certas posições, as imposições da moda (Riesman diz que os jovens são muito heterodirigíveis), a presunção e a não distinção entre o senso de conquista de novos conhecimentos e a validade e documentação que se pressupõem, o deixar-se guiar mais pela intuição do que por uma visão clara e crítica das coisas.

Como se pode concluir, o radicalismo é certamente uma qualidade positiva dos jovens, mas apresenta também aspectos negativos; que é uma mola indispensável para o progresso e evolução cultural, mas pode levar também a formas aberrantes; que normalmente sabe captar os sinais dos tempos, embora não saiba nem explicar nem documentar. Pode o radicalismo ser vítima de alucinações, de ilusões, de auto-sugestões. Em qualquer caso, é um dado real na vida dos jovens e que nenhum formador poderá desconsiderar. Pelo contrário, o formador deverá iluminar, orientar, não sufocar ou comprimir. Preocupar-se-á em não perder o ímpeto, especialmente para a vida religiosa, que provém desta carga ideal, orientando-o de modo delicado e forte para superar as limitações provenientes da impulsividade e da precipitação, do subjetivismo e da presunção.

2. Orientação para os valores

Uma tendência intimamente ligada ao radicalismo é a atenção e a tensão dos jovens frente aos conteúdos valorizáveis em si mesmos, mais intrinsecamente ligados a indicações evangélicas, mais adaptados a fornecer motivações para um comportamento empenhado e autêntico. É a orientação para os valores. É um dado geral na vida do jovem e o leva, com frequência, a formas radicais de viver.

No contexto religioso a acentuação emergente é maior ainda. Isto leva os jovens à superação quase instintiva das formas de compromisso ou de acomodação às formas mundanas e aos objetivos terrenos. Disto deriva uma carga ideal que se traduz em formas de ação que os mais velhos consideram gratuitas, ilógicas, não orientadas diretamente à consecução de objetivos concretos mas a vantagens pessoais, ao gosto do risco e da aventura.

Uma explicação psico-teológica pode ser encontrada na doutrina dos carismas. Esta doutrina obteve grande sucesso especialmente entre os jovens. De fato, supondo no carisma um dom de Deus, ele não pode ser constrangido a não ser para uma necessária conciliação com os carismas dos outros em vista de um bem maior para o indivíduo e para a comunidade. Não se trata de uma volta ao individualismo, mas do relevo de um aspecto que os jovens se propõem, às vezes em evidente oposição ou concessão a um passado, mais ou menos, recente, quando tais exigências eram

todas como sem importância ou, pelo menos, não foram atuadas.

Nesta mesma linha de idéias se colocam outras instâncias particulares sublinhadas pela pesquisa. Os jovens acentuam a tendência à encarnação. Sempre os Institutos tentaram tal encarnação, mas nem sempre esta instância era alcançada como se devia ou convinha. Tendências jurisdicistas geraram uma tal proliferação de normas que o valor era como que sufocado.

Os jovens enquanto afirmam a própria disponibilidade para uma realização ideal de vida, não excluem totalmente a utilidade e até a necessidade das leis e das normas. Eles reconhecem a funcionalidade, a jerarquia dos princípios fundamentais que constituem a estrutura que suporta toda a vida religiosa. Mas as demais normas deveriam ser caracterizadas pela provisoriedade ou substituibilidade.

Em outras palavras, mais do que conformação às normas, mais do que observância regular, trata-se de uma tomada de consciência, de uma orientação motivada em vista dos valores da vida religiosa. A vida religiosa deveria ser mais caracterizada pela volta ao Evangelho, ao espírito do Fundador, em correspondência aos sinais dos tempos. A valorização dos acontecimentos na história do mundo e na história pessoal é baseada não no parâmetro da eficiência mas pelo parâmetro do Evangelho. Este sim é um parâmetro que dá garantia aos jovens de que eles se encontram diante de um ideal que paga a pena arriscar até a vida.

Uma referência privilegiada neste contexto é a referência a Cristo. A vida religiosa é um encontro pessoal com Cristo. Este encontro é a motivação fundamental da vocação. A adesão a Cristo torna-se um processo vivo que suscita não uma simples conformidade, mais uma fidelidade dinâmica ao projeto de vida evangélica. A recuperação desta exigência perene da vida religiosa, por vezes diluída pelo aparato burocrático e jurisdicista, reposiciona a intuição primeira da vida religiosa como **Sequela Christi**. Tal é o significado último do projeto religioso. Os jovens quando chegam a decifrar alguma coisa de tudo isto, tornam-se abertos, disponíveis. Entendem a referência a Cristo como o pressuposto fundamental da própria busca para dar um sentido à existência. A referência a Cristo é, portanto, geneticamente, o ponto de partida e daí se desenvolve dinamicamente a vocação através de toda a curva da vida religiosa.

A orientação para os valores reflete por fim na concepção dos vo-

tos. Esta orientação tende a distinguir nos votos um dado essencial, evangélico, captado da intuição primeira da Igreja e diverso de tudo aquilo que foi um acréscimo posterior. Pode-se qualificar este primeiro aspecto como a busca do significado originário dos votos. Seja como for, um outro aspecto também está presente, a tendência para uma nova visão dos votos. Rejeita-se o aspecto individualístico da pobreza e sublinha-se o aspecto comunitário, não só interno mas com relação também ao ambiente.

Obediência não é uma imposição que se alinhe com a concepção mundana do poder, mas como uma atitude que exige contribuição e dá importância à colaboração dos religiosos em nível programático e em nível executivo. Na castidade se relewa o plano dos valores da **Sequela Christi** e da funcionalidade no serviço aos irmãos, mas critica-se a atitude maniquêia, que fazia deste voto sobretudo uma renúncia e não uma escolha positiva em vista do Reino dos céus.

II. ASPECTOS NEGATIVOS

1. Instabilidade e insegurança dos jovens

Ao lado do que se disse com relação ao radicalismo e à orientação para os valores, é preciso acrescentar algumas considerações sobre a outra face da medalha. Se, de uma parte, se observa notável carga ideal, de outra, se constata alta ins-

tabilidade e insegurança dos jovens. É certo que tal conotação não é prerrogativa exclusiva dos jovens. Todo o ambiente sócio-cultural, nas suas estruturas e nas suas dinâmicas, é instável e cambiante.

Pesquisas recentes e mais antigas apontaram as repercussões psicossociológicas de tal situação, que se exprimem como ânsia pelo futuro e,

às vezes, como angústia. Esta situação é caracterizada pelo complexo fenômeno da anomia, isto é, a divergência entre os valores que a sociedade propõe e as possibilidades de alcançá-los. Este hiato tem um caráter estrutural. Não depende da boa ou má vontade de cada um. É um fato objetivo. A sociedade, embora proponha valores e fins a serem atingidos, não oferece, todavia, meios adequados. Ou por acaso os meios são estruturalmente inadequados?

Esta anomia repercute principalmente sobre os jovens porque lhes faltam conhecimentos ou capacidade de adaptação ao cotidiano que os adultos já puderam ter aprendido. Concretamente esta anomia se manifesta como labilidade e provisoriedade dos programas e das metas. Por si, os jovens não têm o senso do tempo. Para eles os programas deveriam conter sempre realizações ou metas a serem brevemente alcançadas. Os jovens se declaram disponíveis para metas nas quais a relação entre os meios e os fins, as decisões e as atuações seja direta e não indireta ou perdida num futuro indeterminado.

Isto poderia ser explicado por aquela conatural fragilidade dos jovens em geral, nos confrontos com o novo. Os jovens não se sentem bem munidos nem contra as novas instâncias, nem contra as dificuldades. Daqui nascem as suas dúvidas e, às vezes, o desânimo. Para superar este estado de coisas os jovens são sempre proclives à busca de seguranças em sucessos imediatos e sensíveis que, além da

função de gratificar, constituem um ulterior impulso para continuar.

Um aspecto que tem muita incidência na insegurança e instabilidade dos jovens é a perplexidade diante do futuro. Quase todos, jovens e adultos, percebem que o futuro, mesmo próximo, se apresenta como um choque. As mudanças são tão rápidas, profundas e globais que é extremamente difícil pensar no futuro baseando-se apenas na experiência própria e mesmo na experiência dos outros. Na situação atual, nos jovens em formação, esta perplexidade se repercute duplamente. Eles percebem até a insegurança dos religiosos mais antigos e, às vezes, dos mesmos formadores.

A expressão mais viva desta perplexidade frente ao futuro se manifesta na proximidade da profissão perpétua. A profissão perpétua representa para eles uma hipoteca do próprio futuro para além daquilo que se pode prever ou entrever e que, muitas vezes, não foi prospectado nem mesmo pelos religiosos mais antigos. Intimamente unido a esta conclusão está tudo aquilo que dissemos a propósito das características do amor humano e, em particular, de sua perenidade, tal como é prevista pelos jovens. Não se pode excluir ainda o que se define como contra-testemunho comunitário.

Obviar tal situação não é tarefa fácil e menos ainda expressável em fórmulas pré-fabricadas. Esta insegurança e perplexidade frente ao futuro funciona como freio incorporado e automático junto às tendências de radicalismo. A ação do formador tem um papel específico. Ele deve pesar e avaliar os momentos

mais agudos desta insegurança, infundir confiança, oferecer um método mais adequado de julgar as dificuldades. Toda ação formativa deve equilibrar-se entre um futuro a curto e médio prazo e um futuro a longo prazo, para toda a vida. Justificam-se assim as várias fases ou etapas da formação, a apresentação de objetivos concretos que estimulem o interesse dos jovens. Não se esqueça, entretanto, a colocação do plano de vida geral que referencia o projeto

da vida religiosa como unitário e não fragmentário, seja em relação aos vários aspectos, seja em relação à sua inteira duração. Falando da profissão religiosa é preciso ter presente, de uma parte, a unidade e globalidade da vontade do professo para quem sua consagração a Deus é total e perpétua; e, de outra, a racionalidade jurídica e psicológica do tipos de profissão: temporária e perpétua.

III. NOVAS EXIGÊNCIAS

1. Contraditoriedade

Uma outra conclusão que emerge do contexto das respostas pode ser sintetizada assim: os jovens apresentam instâncias contraditórias. Esta contraditoriedade não é consequência de atitudes e comportamentos, de etapas e programas de vida, entre o presente e o futuro, entre expectativas levantadas pela análise dos outros e a capacidade de responder às exigências do próximo. Não se pode generalizar afirmando ser algo de sistemático, conscientemente querido. Pelo contrário, é algo de ocasional e saltuário, mas que poderia nos deixar perplexos num momento de julgar, em profundidade, os jovens.

Esta contraditoriedade se configura como aplicação particular de um mecanismo psicológico geral que nos jovens emerge mais vivamente. De uma parte, são impelidos a atingir determinados valores e determinadas metas e, de outra, notam uma resistência inconsciente para não pa-

gar o custo. É por isso que numa opção entre várias possibilidades de situações menos brilhantes, menos gratificantes, menos modernas, que exigem sacrifícios ou que apresentam aspectos monótonos, mais duros, mais do dia-a-dia, os jovens se mostram resistentes, insatisfeitos, recalitrantes, quando não contestatários.

É lógico que, de uma parte, isto depende da imaturidade, falta de auto-conhecimento, desequilíbrio emocional, falta de abertura, incerteza do futuro e, de outra, falta de fé e de confiança, falta de diálogo com os superiores, etc. Emerge ainda da análise de outros dados uma boa dose de superficialidade em pensar que sabe integrar, com facilidade, na própria vida, os valores humanos e sobrenaturais, certa tendência ao narcisismo e a auto-satisfação com relação ao papel que desempenham na comunidade. E aqui deve-se notar, especialmente, a pouca disponibilidade para um empenho perene e definitivo na consagração a Deus.

Frente a outras afirmações de prontidão, de disponibilidade, de empenho, ressaltam estes aspectos contraditórios e negativos. A explicação desta situação, como aparece na pesquisa e de outros elementos suscetíveis de fácil conclusão, fornecidos pela psicologia e pela sociologia, é encontrada na instabilidade sócio-cultural, na insegurança psicológica, no contra-testemunho comunitário, etc. Todavia deve-se admitir que uma explicação global e interdisciplinar poderia levar a outras conclusões, como, por exemplo, falta de fé e de confiança em Deus, falta de convicção de que Deus concluirá o seu plano integralmente, do começo ao fim, etc. Mesmo entrevedo esta solução não parece ser esta uma tarefa do sociólogo. O formador é um homem de ação e não o cultor de uma única ciência (sociologia), mas de todas as ciências que podem e devem oferecer suas contribuições e, em nosso caso específico, principalmente, a teologia. Ele deverá sintetizar para tornar sua ação mais iluminada e adequada, levando em conta cada contribuição.

Seja como for, o que realmente é importante é ter diante dos olhos a real situação dos jovens. Mesmo podendo o formador desejar que os jovens fossem diferentes, que já tivessem alcançados a meta a que se propõe ajudá-los a alcançar, deve considerar a situação psicológica e sócio-cultural que os jovens carregam e, a partir daí, começar a agir.

2. Atitude crítica

É um lugar comum sublinhar a atitude crítica especialmente dos jovens quando examinam as instituições.

Hoje se caminha cada vez mais para formas amplas de racionalização como tendência a relacionar os fins com as possibilidades que oferecem os meios.

Globalmente é um fato inegável. Como ainda é inegável que sob a etiqueta da racionalização podem-se encontrar a ignorância e a preguiça em documentar-se, ou seja, a busca de uma solução fácil e imediata. Os jovens, de fato, — toda a pesquisa o evidencia — revelam uma notável tendência à atitude crítica que se manifesta como tendência à superação de posições formais baseadas em herança sócio-cultural. Isto vale sobretudo com referência à problemática religiosa. As opções dos jovens religiosos são mais motivadas e frequentemente baseadas em experiências de fé e de oração pessoal e comunitária. Nas coisas menos grandiosas, nas situações cotidianas das tradições, usos, costumes do Instituto ou em comportamentos específicos, em tudo isto, os jovens querem ver mais lógica e mais funcionalidade. “Foi sempre assim” não é mais argumento suficiente. Cada ação precisa de uma justificação ideal (uma indicação evangélica, uma intuição do fundador, uma conexão com o espírito do Instituto, um valor a atingir, etc.) ou então uma funcionalidade para se conseguir um objetivo específico.

É neste contexto que se devem sublinhar referência a outras situações como sejam: atitude crítica para com a Igreja, o Instituto, os métodos de formação, de vida comunitária e de trabalho, etc. Não pensem que se trata de uma crítica ditada por espírito preconcebido ou mal intencio-

nado ou por interesses pessoais. No estilo dos jovens, também a atitude crítica, às vezes, rude e não documentada, é uma manifestação de amor para com o mesmo objeto da crítica. Por esta razão, as mesmas críticas dos jovens têm o seu lado positivo.

Na base desta atitude crítica desponta a exigência de tornar personalizado o processo formativo, de responder à necessidade sempre maior de tomar consciência da situação, do interrelacionamento dos vários elementos (valores, usos, costumes, papéis, relações internas e externas, etc.), tudo aquilo que é interiorizado. Esta avaliação crítica é uma condição indispensável para que a ação formativa seja profunda e não se dilua em alguma coisa de marginal, de provisório e superficial.

Na ação pedagógica será preciso, de uma parte, levar em consideração o pressuposto psico-sociológico da atitude crítica dos jovens e, de outra, dos conteúdos. A atitude crítica deve ser assumida como instância de ação formativa, iluminada, adequadamente fundamentada nas contribuições das ciências do comportamento aplicadas à educação. Isto exclui aquele tipo de educação que se poderia chamar artesanal, ou seja, uma transmissão acrítica das próprias experiências realizadas durante a própria formação. Mesmo aquilo que lhe pareceu e parece erro, todavia, uma colocação de tipo artesanal na formação, hoje corre um risco sério de não ser adequada. Os tempos e as exigências mudam muito depressa.

Quanto ao conteúdo, é preciso oferecer maior garantia de autenticidade das exigências evangélicas,

das indicações do fundador, do espírito do Instituto, etc., evitando as inscrustrações históricas, as situações obscurantistas, que passam por um Evangelho ou uma Regra autêntica, interpretações e adaptações de outros períodos históricos, justificados e válidos para outros tempos, mas provavelmente não compreensíveis hoje, nem atuais nem funcionais.

3. Orientação para transformações estruturais

A atitude crítica e as contradições que os jovens apresentam devem ser assumidas como um elemento real, um dado de fato. Em nível de motivações de fundo, tal situação é interessante também pelo seu conteúdo. Em todo o nosso relatório referimo-nos a estes conteúdos. Numa tentativa de querer sintetizar e ter uma visão de conjunto destas novas exigências, será oportuno sublinhar o que se segue como ambiente indispensável no exame das estruturas. Os jovens são muito propensos a transformações institucionais.

Tal tendência é certamente muito mais sentida em nível juvenil e os jovens religiosos a revelam constantemente. Parece até ser a síntese de outras características da índole juvenil. Os jovens querem estruturas novas, mais na medida do homem, mais funcionais para conseguir os valores. Esperam novas colocações na vida da Igreja. "Há mudanças que precisam ser melhoradas e outras deveriam desaparecer. O mesmo se dá com relação ao Instituto: a sua organização jerárquica, o testemunho de pobreza, a dinâmica das relações comunitárias, a concepção e

atuação de programas de ação e de apostolado, as novas formas de inserção e de testemunho no ambiente, ressaltados sempre os valores fundamentais evangélicos e a inspiração primeira do fundador.

Há uma outra série de transformações estruturais que diz respeito a aspectos mais concretos e contingentes e que os próprios jovens estão vivendo no momento. São as estruturas da formação. A formação deveria sofrer modificações metodológicas para que correspondesse às expectativas dos jovens: atingir as finalidades próprias da formação até a maturidade humana, cristã e religiosa. Para além de qualquer colocação eficiente e eficaz, está a necessidade de salvaguardar os valores fundamentais da pessoa e um correto relacionamento com o contexto social, seja em sentido amplo: ambiente sócio-cultural e eclesial, seja em sentido mais restrito: o instituto e a comunidade local.

As transformações metodológicas referem-se principalmente ao papel dos formadores e ao modo de relacionar-se com os jovens: o modo de tratá-los nos contatos cotidianos, de desenvolver a função de guia e ajuda e, sobretudo, de testemunha. Tudo isto deveria se concretizar numa abertura a novas orientações, num favorecimento a experiências novas e a novas iniciativas seja em nível interno seja em relação com o ambiente externo. Os jovens solicitam sempre poder se integrar totalmente, seja em nível local, provincial ou mundial e, ao mesmo tempo, optam por uma transformação da configuração da comunidade onde vivem. Esta comunidade de forma tradicio-

nal, onde "os antigos" observavam, analisavam e depois julgavam, deveria passar para uma forma de "comunidade formativa" com todas as conseqüências operativas e relacionais que tal conceito comporta.

A dimensão comunitária deve ser vista em todas as suas formas poliédricas. É um fato psico-sociológico mas também um fato espiritualmente positivo e profético. O testemunho religioso não se configura como indivíduos num contexto eclesial e sócio-cultural vistos isoladamente uns dos outros, mas como um fato essencialmente comunitário, embora com modalidades concretas diversas. Nem se deve temer o risco de um horizontalismo sociológico. O potenciamento do espírito comunitário autêntico é entendido como uma condição real para se caminhar juntos para o Senhor, como uma encarnação concreta, na variedade dos lugares e dos tempos. É por isso que se fala, a respeito dos religiosos, de sinal da Igreja e na Igreja. Se o projeto religioso é comunitário e vivido de maneira autêntica num Instituto, ele transcende esta dimensão numa visão mais ampla e mais apostólica da missão da Igreja.

São importantes algumas indicações relativas aos tempos de formação. Não podem ser entendidos nem rigidamente estabelecidos num sentido unicamente cronológico. Cada indivíduo apresenta ritmo de evolução diferente e configuração diversa dos componentes da personalidade. A formação precisa levar em consideração tais ritmos de evolução e não fazer passar automática e mecanicamente suas várias fases. Esta colocação mecânica contribui pode-

rosamente para uma formação de massa e impessoal. Daí a necessidade de uma reestruturação destes tempos de maneira que ninguém seja induzido a avançar para a fase sucessiva quando nem ele nem os superiores reconhecem haver superado a fase anterior.

É importante observar que um novo modo de entender as "fases" não seria subdividi-las em vários aspectos: humano, cristão, religioso e cada um destes aspectos ser tratado em tempos diferentes. Todos estes aspectos da maturidade e as componentes mesmas da personalidade, individuais e sociais, devem ser tratados contemporaneamente, em sínteses parciais e progressivas. Cada fase repropõe todo o objetivo, com modalidades, grau e exigibilidade crescentes, como o desenvolver de uma onda em círculos concêntricos. Não se pode absolutamente atuar uma formação que seja, primeiro, humana, depois cristã e, por fim, religiosa. O ideal integral estará sempre presente e será vivido em todas as fases na medida própria de cada uma.

Uma consequência imediata de tal colocação seria tomar consciência de que as várias "fases" deveriam mencionar a maturação das respectivas graduações da atitude de pertença ao Instituto. Trata-se de um fato vital que não pode ser captado e desenvolvido relacionado ao ciclo escolar e profissional. É preciso não conceber o noviciado, o juniorato ou o escolasticado como uma residência de estudantes, mas como uma fase de colocação global e vital, na qual estão também presentes as eventuais exigências escolares, etc.

Esta peculiaridade do ritmo de crescimento deve ser considerada em relação ao contexto cultural e ao contexto individual. Os jovens devem ser estimulados a tomar decisões na medida das indicações análogas sócio-culturais, isto é, segundo os tempos e o grau de crescimento e de maturação própria dos vários contextos sócio-culturais.

4. O problema da participação

Por fim, não como elemento de menor importância, é preciso considerar a exigência de participação na própria formação. É um valor em função direta da formação e também como antecipação do papel que, posteriormente, desenvolverá na vida de comunidade.

Este primeiro aspecto ressalta evidente em toda pesquisa como ainda é, teoricamente, revalidado por muitos outros estudos e experiências. É um desejo dos jovens e uma instância funcional da maturação. Os jovens não aceitam hoje a manipulação e o tratamento de outrem, na própria personalidade e no próprio futuro. Eles querem participar na individuação das temáticas educativas e conteúdos, na discussão dos planos e na programação e execução dos mesmos como ainda influenciar na escolha dos meios e dos instrumentos aptos e, por fim, na avaliação final dos resultados.

Esta instância deve ser entendida como alguma coisa de essencial na concepção da condição juvenil hoje. Mas não se revela na mesma graduação e urgência em todos os lugares. A determinação concreta de fatores pessoais, de fatores sociais,

turais, da combinação contingente dos indivíduos, numa determinada cultura, dentro de um grupo. Não entra aqui a origem discriminatória de classe. Haverá alguma incidência, se se examina a cultura ou sub-cultura de cada um.

Em nossa pesquisa isto ficou muito evidenciado, na percepção dos valores, na formulação e no pressuposto psico-sociológico das críticas às estruturas eclesiais e congregacionais. A participação se exprime como desejo de dividir as responsabilidades na comunidade, no apostolado, problemática social. Mas a participação é, especialmente evidente, no contexto da própria formação. Ela está à tona e claramente em qualquer ocasião que se falar de autoridade e do papel do formador. Aos formadores não se nega o poder das decisões, mas se pede que estas sejam tomadas através do diálogo, da discussão, da informação, da aceitação de eventuais pontos de vista.

Esta participação é muito diferenciada e é fruto de um coeficiente pessoal resultante de uma multiplicidade de componentes, tais como: idade, cultura, experiências passadas, fase evolutiva, etc., sem se esquecer: o mesmo formador e objeto de que se trata.

Isto não condiciona nem limita a incidência da ação formativa, pelo contrário, a potencia tornando-a mais congênita com as expectativas dos jovens, antecipando aquelas formas de participação de que deverão participar nas várias situações em que se encontrarão mais tarde. Quando se fala de participação, fala-se exatamente desta contribuição que os

jovens devem dar. Não se trata de satisfazer a uma pretensão deles ou a uma veleidade, mas realçar uma realidade objetiva. Esta necessidade deriva e encontra sua plausível justificação no atual pluralismo dos agentes de formação. Os agentes de socialização do passado são hoje muitos e quase sempre concorrendo entre si. Agentes personalizados e agentes impersonalizados (correntes de opinião, meios de comunicação social, etc.). O formador é, às vezes, influenciado pelos meios de comunicação que aparecem como certos (o jovem procura se convencer que é livre nas suas escolhas), mas o próprio formador está inseguro, outras vezes, o jovem o caracteriza de invasor.

O formador precisa, aos poucos, ir tomando consciência do que os demais agentes fazem. Daí a necessidade de mais facilmente ser induzido ao diálogo, à verificação. Como se pode ver, a participação não é bem uma proposta juvenil, mas a resposta a uma expectativa nova, a uma nova exigência da formação no contexto atual da condição juvenil.

A participação, por fim, deve ser vista como uma forma de antecipação das várias situações em que o jovem se encontrará. É um modo diferente de expressar o conceito de aprendizagem envolvente. O jovem aprende melhor e mais facilmente seus papéis na comunidade, no trabalho, dos vários especialistas da área.

Os vários componentes e justificações da participação dos jovens na formação não podem, porém, ser supervalorizados. Os jovens, às vezes, não alcançam senão instâncias

generalizadas e em clima de protesto; se forem sublinhadas podem desembocar numa contraposição nítida aos formadores. Sensibilidade e abertura, de um lado; e, de outro, saber equilibrar as pretensões do saber fazer próprio dos jovens. Não se devem excluir os casos em que se nota certa instrumentalização por parte dos mesmos jovens, em função de certo comodismo, mesmo se de natureza espiritual.

A pesquisa não pretende apresentar conclusões nem verificação de hipóteses. É uma fase inicial de estudos sobre o setor. Os instrumentos são limitados. Oferece uma base sobre que fundamentar uma hipótese e construir uma teoria da formação para a vida religiosa. É oportuno continuar nesta linha para apurar a gênese, a dinâmica e, portanto, a incidência dos vários fatores. A pesquisa revela mais uma vez a complexidade da ação formadora e a necessidade de não ser enfrentada com superficialidade e irresponsabilidade.

É indispensável que todos os Institutos dediquem uma adequada atenção e façam todos os esforços necessários, pois se trata de um problema que é o "dom de Deus" da vocação; trata-se da realização humana e cristã de pessoas sobre quem não se pode irresponsavelmente agir. A pesquisa oferece algumas indicações de linhas importante da dinâmica da formação e sobre a incidência dos fatores. Tais indicações não são definitivas; são pistas para uma pesquisa imediata da parte dos formadores e para análises teóricas posteriores e mais adequadas.

A pesquisa é, portanto, uma modesta contribuição para todos aqueles que, em nível prático e teórico, se ocupam dos jovens e de sua formação, seja na perspectiva de prestar um serviço à Igreja e à vida religiosa em nosso tempo, seja na perspectiva de enfrentar o problema de maneira científica.

O discurso estritamente técnico é insuficiente para reproduzir a riqueza das indicações que a pesquisa apresenta. A pesquisa é uma mina de dados preciosos. Extraímos algo de importante e evidente. Fica muito a ser descoberto. Queremos observar a carga de entusiasmo, da dedicação dos jovens orientados para a vida religiosa, a atração para o projeto, tudo isto, não obstante, a constatação da grande crise que trabalha hoje a Igreja e os Institutos religiosos. Pode-se identificar alguns sintomas de uma retomada qualitativa e também quantitativa confirmados por observações posteriores à pesquisa.

Nesta situação aparece mais urgente e delicada ainda a função formativa. Não pode frustrar ou decepcionar os jovens, não pode defraudar a Igreja, as Congregações, o mundo. É a chave-mestra da qual depende a vitalidade da Igreja, falando de um ponto de vista humano. É Deus quem chama, quem desperta o desejo do absoluto, quem dá força para descobrir uma nova direção. Ele quer que Cristo chegue a todos e que a todos seja transmitida sua mensagem de salvação. Que todos o vejam como modelo e fonte de vida. Em Deus, portanto, está a fonte da esperança da Igreja.

Esta confiança em Deus não pode ser entendida como carência de responsabilidade do Povo de Deus, daqueles que têm o cuidado da maturação das vocações. Esta responsabilidade afeta a todos e os impele para uma busca pessoal e comunitária em nível de formadores, com o diálogo e a participação dos jovens, com o uso de instrumentos aptos para realizar a função formativa. As sombras e as luzes que se entrevêm

com respeito à problemática da formação se revelam também como sugestões. Exigem sensibilidade para aceitá-las no seu significado e nas indicações operativas que delas promanam. Só assim cada responsável pode ter a consciência de corresponder à tarefa que a hora presente pede com relação ao dom que o jovem e a jovem receberam, com respeito à dignidade humana, num serviço fiel à Igreja e ao mundo.

DESAFIOS DO CAMINHO DA LIBERTAÇÃO

Pe. Cleto Caliman, SDB

Oferecemos uma breve e desprezenciosa reflexão sobre o tema: **desafios do caminho da libertação**. Não nos interessa o tema em si mesmo, mas a realidade do caminho e da libertação. É isto o que vamos procurar interpretar por detrás das nossas palavras.

Uma reflexão menos crítica poderia desviar nossa atenção, sem mais, para a "libertação". É mais simpático. Ela nos lembra a alegria da nossa participação viva e criativa na história. Enche-nos de justa satisfação. A alegria da Páscoa invade nosso coração. Todavia, se o termo "libertação" nos faz ver a história com uma boa dose de euforia, justificada aliás pela fé, não é menos verdade que a libertação pascal pressupõe a experiência do caminho. Desta forma, o termo "caminho" nos deverá trazer de novo ao dia-a-dia para um exame crítico das condições concretas da realização da fé.

No caminho existem situações nada gloriosas. Conflitos e contradições revelam a trama, invisível mas eficaz, das relações que enquadram o nosso agir histórico. Conflitos e contradições se aninham na mesma história que tentamos construir, nas instituições (sociedade, Igreja, Vida Religiosa, família...), dentro de nós mesmos. A força corruptora de estruturas desviadas revela a nossa fragilidade. O mal penetra, desta forma, em nossa vida sem percebermos, camuflado, mascarado. Ele é conforto, é comodismo, é burguesismo, é pragmatismo 'responsável', é descompromisso, é escravidão gostosa. A tentação está aninhada no mesmo jogo da nossa história. Para sair de uma tal situação e caminhar vai ser preciso, antes de tudo, sondar o terreno, depois iluminá-lo com a palavra de Deus e, por fim, caminhar com decisão para a libertação.

1. A comunidade se encontra com a vida hoje

A comunidade religiosa, como qualquer outra, está inserida no mundo. Já não é possível escrever uma história à parte, separada da história do mundo que nos envolve. Por isso é importante perceber alguns problemas que vive o nosso mundo e as perguntas que ele nos coloca a todos nós, não só como pessoas religiosas, mas também, e sobretudo, como comunidade que caminha para a libertação.

E o que se passa no contexto da nossa sociedade hoje?

Todos temos consciência que estamos começando a viver uma nova época da história. Todo mundo estuda, procura aprofundar seus conhecimentos, fica sabendo dos seus direitos e deveres dentro dela. Por exemplo, tomamos conhecimento de que nossos direitos individuais foram reconhecidos até numa Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, na ONU. Mas a história caminha. Descobrimos que, aos poucos, foram se criando mecanismos estruturais de tal ordem que, na prática, se não anulam por completo, diminuem de muito o alcance real desta declaração dos direitos individuais. Eles se tornam letra morta quando há quem manipula a economia, a política e a sociedade em geral em proveito de um grupo privilegiado. Isso se dá através do controle da produção, do consumo, do lucro, das informações e do processo político. A vitalidade de um povo pode ser assim canalizada por interesse de grupos, de classes. O povo, no entanto, continua no seu cativeiro; a

nação se torna cada vez mais dependente de um centro exterior gerador das decisões mais importantes; as nações pobres ficam cada vez mais dependentes das mais ricas. Não estamos precisando de proclamar novos direitos para as sociedades e para o povo? Esses fatos não colocam nenhuma pergunta à nossa fé (1)?

Nosso mundo de hoje está cheio de meios de comunicação. Diariamente recebemos o impacto de centenas de mensagens (informações, propaganda, etc.) que exigem de nós resposta. Elas transmitem imperceptivelmente opiniões, modas, preconceitos velhos e novos, ideologias. Não corremos o risco de entrar na onda dos que estão interessados em manipular a opinião pública em benefício próprio e não para o bem comum?

Olhando para dentro da nossa Igreja, a coisa talvez não fique muito diferente. Gostaríamos que as nossas dúvidas tivessem respostas bem feitinhas e prontas para todas as oportunidades. Como as mercadorias no supermercado. Tabeladas. Para muitos cristãos e mesmo religiosos, a Igreja bem que parece uma loja de roupas feitas. Será que podemos nos contentar com isso? O que significa ser um cristão adulto, responsável e participante se isso continuar acontecendo do mesmo jeito, ao nosso redor? Quem sabe, não aceitamos sempre o caminho mais fácil! Se concordamos com a linha de ação da Igreja, então recebemos tudo o que ela diz sem discussão e sem dúvidas; se não concordamos, é como se nada existisse. Dizemos sim ou não sem com-

promisso. Não acontece nada. Resultado é soma zero.

Olhando as coisas dentro de nós, será que estamos melhor? Somos tão ciosos de nossa personalidade hoje. No entanto, fugimos muitas vezes de um encontro profundo conosco mesmos. O nosso egoísmo nos fecha a nós mesmos; leva-nos à fuga de nós mesmos; separa-nos dos outros, destruindo a solidariedade humana; distancia-nos de Deus.

Tudo isso conduz a uma pergunta: qual é a nossa grande **tentação** de hoje? Não seria a tentação de "desligar" a sensibilidade crítica diante dos fatos? "Engolir" os acontecimentos por inteiro, assim como são oferecidos, sem mastigar, sem digerir, sem reagir, sem mesmo nos perguntar: "Que sentido tem isso?" "A quem aproveita?" "Está de acordo com o Evangelho?" "Qual a contribuição que podemos oferecer?" Eis a nossa tentação: acomodar-nos pela segurança que nos dá. Deixamo-nos **domesticar** segundo os interesses de quem comanda o espetáculo. Assim é no circo. Passamos a não ter mais consciência do cativeiro em que nos encontramos. O bem-estar nos torna **escravos felizes**. Não importa se isso não tenha sentido.

Quem pode cair nessa tentação? Eu, você, nós todos. A Igreja, o povo, os religiosos. Mas não haverá alguma coisa debaixo das cinzas? Jesus pregou a chegada do Reino de Deus. O que significa isso para a nossa situação? Sem dúvida, a pregação do Reino é um convite a superarmos as tentações do nosso mundo, do mesmo modo como Je-

sus superou as tentações do seu tempo.

2. A comunidade se confronta com a palavra de Deus

A história humana está marcada pela **tentação** e pela **fragilidade**. A tentação do homem é querer construir sozinho. Sua fragilidade está em que sozinho não há caminho, libertação possível, salvação. Um homem só, é um homem fracassado. O caminho da libertação é solidário.

A solidariedade, no entanto, não nasce do nada. Não cai do céu de paraquedas. Ela deve ser construída. Nós temos na Bíblia uma descrição paradigmática da dissolução da solidariedade, do convívio humano, da fraternidade: o Dilúvio (Gên 6-9). O caminho solitário e egoísta está fadado ao fracasso.

Hoje as marcas da tentação e da fragilidade terão outros nomes: individualismo, injustiça social, guerras, opressão do pobre, farisaísmo, legalismo. Mas a raiz é a mesma: o caminhar **s o z i n h o**, solitário, egoísta.

Apesar de tudo, a nossa história caminha. Ela sempre vai para frente a partir de **atos libertadores**. Eles criam solidariedade, comunhão de objetivos, perspectiva, sentido. Assim é que surge uma figura: Noé. No contexto das forças destruidoras do convívio humano fraterno, Noé é qualquer homem que vê fundo o sentido dos acontecimentos. É capaz de parar um pouco, analisar a situação e dizer: "Assim não dá. Temos que dar um jeito de mudar!" Numa profunda visão religiosa das

coisas, Noé percebe que a mão de Deus está por dentro do que acontece. Sua iniciativa constitui-se num novo princípio para a humanidade, sob a luz da aliança com Deus. Ele supera, desse modo, a solidão do caminho "pré-diluviano": cheio de bem-estar, segurança nas coisas, na injustiça, no poder opressor, fora do caminho de Deus. Agora ele descobre um horizonte novo: "Vou fazer uma aliança com vocês", diz o Senhor.

O Dilúvio se dá pela água. A água tem sentido duplo, ambíguo. Depende de quem olha. Ela tanto destrói e acaba com tudo, quanto purifica e dá vida nova. É a nossa história. Ela é para nós uma situação de decisão: de um lado, gerando uma experiência de vida desastrosa, um caminho solitário e desumano; de outro lado, gerando uma experiência nova de construção do futuro, de solidariedade e humanização. Assim abre-se para todos um caminho para a libertação.

Dissemos acima que a história caminha para frente por **atos libertadores**. Eles não surgem do nada, mas emergem de decisões que tomamos diante da vida. Nós avaliamos continuamente o que acontece. Nesta avaliação podemos cair na **tentação** de deixarmos que outros comandem a nossa vida. Deixamo-nos levar pela corrente.

Também Jesus poderia ter seguido esse caminho. Ele foi tentado a realizar um projeto de libertação para o homem seguindo as correntes ideológicas do seu tempo (Lc 4,1-13 e Mt 4,1-11). Cada grupo gostaria de levar adiante um projeto político parcial de libertação,

sem olhar para o conjunto, sem começar pela raiz do problema do homem. Cada grupo gostaria de ter Jesus de seu lado, aliciando-o para o seu projeto histórico. Ele, no entanto, superou a tentação da superficialidade. Exige uma mudança profunda e radical no homem. É tal profundidade, segundo ele, só pode vir de Deus. Ele primeiro fez a experiência em si mesmo: deixou-se invadir pelo Espírito de Deus. Começou por si mesmo. Depois, enviado de Deus, ele proclama para nós: "Completo-se o tempo e está próximo o Reino de Deus. Converti-vos e crede na boa nova" (Mc 1,15).

O Reino de Deus é a realização do grande projeto da história humana, que aos poucos se constrói. Esse projeto não joga fora nada do que podemos realizar. Todos os **atos libertadores e geradores** de novas atitudes na nossa vida pertencem a esse projeto. Contudo, por mais que possamos construir, nunca chegaremos a completar a obra. Quem lhe dá consistência desde a base é sempre Deus. Por mais que homens como Abraão, Jacó, Moisés, os profetas e libertadores de todos os tempos se empenhem, nunca chegam a ser tão radicais quanto Jesus, o Filho de Deus. O ato libertador de Jesus Cristo atinge o horizonte último da história, por isso ele é o único, irrepetível e, como tal, fundamenta a vida nova para todos nós. Ele é a base para a nova experiência histórica de solidariedade, fraternidade e comunhão de vida.

Mas para participar da situação nova gerada pelo ato libertador de Jesus Cristo não bastam palavras.

O Reino de Deus tem exigências profundas. Ele não se contenta com mudanças e transformações exteriores. Ele supera todas as tentações de realizar o projeto do Reino pelo uso do poder dominador e opressor das consciências e da vida do povo. Ninguém modifica o homem manipulando-o, mas convertendo-o de dentro para fora. Ninguém renova uma comunidade religiosa através de documentos proclamatórios, mas engajando-a na vida do Povo de Deus. Ninguém transforma a sociedade colocando-a numa camisa de força, mas educando-a, isto é, fazendo-a sair de si mesma, pela conversão: uma transformação do pensar e do agir históricos; uma adesão a uma mensagem libertadora que faça a comunidade humana iniciar o seu êxodo, sair do seu enclausuramento, da sua escravidão, para a vida nova.

Assim o Reino de Deus é semelhante a uma semente atirada à terra. Ela nasce e tende a crescer. Mas a semente não faz violência. Ela cresce por sua própria força. Se quem lhe deu acolhida lhe dá poder crescer, ela gera uma resposta. O Reino é uma semente que não vinga em qualquer terreno. Ela precisa de um canteiro cultivado. Exige solidariedade, fraternidade e comunidade humanas na sua raiz. Uma base humana para crescer: o chão da nossa história.

Em vista disso, devemos perguntar: como levar adiante a mensagem esperançosa do Reino? Como nos tornar também nós libertadores? Como realizar atos libertadores e geradores de novas atitudes dentro da nossa comunidade?

3. Caminhamos juntos para o dia da libertação

Nós somos batizados. O batismo celebra e significa o nosso caminho do cativo para a liberdade de filhos de Deus. Nele a água destruidora e purificadora nos faz gerar para a comunidade de libertação: libertada e libertadora. Faz-nos passar da morte, do fechamento, do individualismo, do aniquilamento do outro pela opressão, pela exploração que marginaliza, para a vida nova na fraternidade. No batismo celebramos a superação diária do nosso pecado 'original': aquele que está na raiz, na base, dos males, das injustiças, da opressão; da nossa apatia no serviço à comunidade; dos desvios pessoais, aqueles que só Deus conhece e ninguém vê.

Sem dúvida, a comunidade, no seu caminho pelo deserto sofrerá tentação e estará sujeita à fragilidade. Serão 40 anos, como o Povo de Deus; serão 40 dias, como Jesus. Não importa. Aliás, a preocupação de adivinhar quanto tempo vai durar a caminhada pode nos desviar da **urgência** das tarefas que devemos realizar **agora**, imediatamente. Pertence à realização do Reino o sentido de urgência. Por isso é que devemos retornar insistentemente à pergunta: O que podemos fazer logo? Quais **atos libertadores** nossa comunidade se dispõe realizar? Que **atividades geradoras** de novas atitudes podemos empreender para que seja possível "libertar o escravo da miséria e da opressão, libertar o senhor de sua propriedade e de seu poder, que são igualmente alienantes" (2)?

Só a partir de um compromisso concreto de uma comunidade libertada e libertadora é que podemos proclamar que o Senhor nos enviou "para anunciar a boa nova aos po-

bres, para sarar os contritos de coração, para anunciar aos cativos a redenção, aos cegos a restauração da vista, para pôr em liberdade os cativos, para publicar o ano da graça do Senhor" (3).

NOTAS

1. Essa análise foi feita para a América Latina em Medellín, no ano de 1968. Parece ser mais válida agora do que nunca. Desde então a nossa dependência não fez senão crescer.

Confere: Documentos de Medellín e também C. MENDES, **Os novos direitos humanos**, SEDOC 60, 1973, 1351 ss. 2. GARAUDY, R., **Palavra de Homem**, Difel, 1975, 57. 3. Lc 4, 18-19. É citação de Is 61, 1-2.

EREMITAS E IRMÃOS: UMA FORMA DE VIDA RELIGIOSA NO BRASIL ANTIGO

I PARTE

Riolando Azzi

A renovação da vida católica no Brasil, a partir do século passado, graças ao esforço dos bispos reformadores (1), e o advento de numerosas Congregações européias (2), frades estrangeiros vindos para reformar as antigas Ordens em decadência, trouxe uma pujança muito grande de vida religiosa na era republicana. Por outro lado, esses novos institutos religiosos, vinculados geralmente aos seus centros europeus de origem, nem sempre tiveram presente a anterior história religiosa do país. Desse modo, se correu o risco de perder a memória do nosso passado religioso, especialmente do período colonial. Um dos aspectos importantes nessa época foi sem dúvida o desenvolvimento da vida eremítica.

Foi tal a importância dos eremitas no Brasil antigo, que serviram de inspiração a duas obras de nossa literatura. Bernardo Guimarães escreveu **O Ermitão de Muquém**, em que, sob forma de romance, enfoca as origens da romaria à capelinha de Nossa Senhora da Abadia do Muquém, no interior da província de Goiás. Por sua vez José de Alencar escreveu **Ermitão da Glória**, em que narra a lenda que envolve a pessoa de Antônio Caminha, o ermitão que construiu a ermida de N. S. da Glória do Rio de Janeiro, onde hoje se ergue a atual igreja do outeiro da Glória.

Na história da Igreja universal, há hoje um capítulo obrigatório sobre os inícios do monaquismo, em que se fala da vida eremítica, destacando-se a imponente figura de Santo Antão e outros solitários da Tebaida. Urge que também na his-

tória da Igreja do Brasil se incluía o capítulo dos ermitões, irmãos ou monges, como eram conhecidos na época. Convém ressaltar desde o início que o termo **monge** não se refere ao beneditino conventual, mas a leigos que espontaneamente se dedicavam a uma vida solitária,

como foi o caso do **monge** João Maria de Agostini.

No presente estudo queremos destacar dois aspectos: na primeira parte indicar a importância da vida eremítica no Brasil e, na segunda, apresentar as principais figuras de eremitas que aqui viveram.

I — IMPORTÂNCIA DA VIDA EREMÍTICA NO BRASIL

Foi provavelmente o Pe. Joaquim Silvério de Souza, futuro arcebispo de Diamantina, quem primeiro colocou em relevo o desenvolvimento da vida eremítica no Brasil, em sua obra **Sítios e Personagens**, publicada em 1897, em que há um capítulo especial sobre os "Ermitões", além de destacar alguns dos principais eremitas de Minas.

Mais recentemente o historiador José Ferreira Carrato, inspirando-se em grande parte em D. Joaquim Silvério, também dedica um capítulo a "Eremitas e Santuários" em sua obra **As Minas Gerais e os Primórdios do Caraça**, publicada em 1963. Transcrevendo parcialmente Carrato, também o historiador mineiro João Camilo de Oliveira Torres, no livro **História das Idéias Religiosas do Brasil**, dedica um parágrafo do capítulo III aos "Ermitões".

Provavelmente os eremitas existiram no Brasil desde o início da colonização portuguesa do século XVI. Já em 1558 Frei Pedro Palácios, ermitão franciscano espanhol, após certa demora na Bahia, desembarcava entre os capixabas, trazendo um painel de N. Senhora. É ele

o fundador do santuário da Penha em Vila Velha do Espírito Santo (3). Era um irmão leigo franciscano, e apareceu morto em sua ermida a 2 de maio de 1570.

É possível que ainda no século XVI outros leigos tenham imitado o exemplo do frade franciscano, dedicando-se à vida eremítica. Mas o período áureo da vida eremítica no Brasil está vinculado ao ciclo do ouro, que se inicia em fins do século XVII. E essa forma de vida religiosa perdurará até o século XIX.

Conhecidos com os nomes de ermitões, irmãos ou monges, estes leigos dedicam-se à vida ascética e à promoção de obras de culto e devoção. O termo "ermitão" ou "eremita" é certamente o mais antigo, e está vinculado a "ermo", lugar deserto ou isolado. Era justamente nesses lugares mais afastados e longe do bulício das cidades, que esses homens passam a viver, geralmente ao lado de uma ermida por eles construída.

Ao falar dos eremitas da serra da Piedade, escreve o Pe. Joaquim Silvério:

“Vestidos com o hábito de penitência de S. Francisco, esses cenobitas brasileiros, sequestrados do tumultuar mundano, faziam reviver as angélicas virtudes dos solitários da Tebaida e do Egito, e com esmolas mendigadas de porta em porta reparavam os estragos com que os anos e temporais iam maltratando o edifício sagrado. E nunca faltaram pessoas dedicadas ao santuário. Pelo segredo e encanto da solidão, Deus as convidava a se oferecerem como holocausto pelos pecados da humanidade. Muitos eremícolas houve, e de tão agigantada virtude, que discernir entre eles os de maior vulto seria não pequena tarefa. Quantos fatos de edificação, hoje infaustamente perdidos, poder-se-iam ao menos emmentar aqui, se a caudalosa corrente dos anos os houvesse poupado do geral estrago! Continua a dormir sobre eles o silêncio sepulcral dos anos que já se foram, pois assim o quis a incúria dos homens!” (4)

Carrato traça o seguinte quadro dos eremitas de Minas Gerais:

“Os eremitas das Minas Gerais, como os essênios dos tempos de Cristo, são uns exilados do seu mundo. À medida que vão surgindo, os grupos vão se articulando, como se fossem Ordens Terceiras autênticas das grandes famílias religiosas tradicionais. Aliás, os chefes dessas comunidades vão professando nas Ordens Terceiras de São Francisco, do Carmo, etc. As comunidades no claustro, vivem sob a égide deste binômio ascético-místico: oração e esmola.

“A obra eremítica parte sempre da ermida, da capela, do altar, ao

pé do qual se ora muito, ora-se sem cessar, por aqueles que oram mal ou não oram nunca. A par da prece, estabelece-se a prática dos exercícios espirituais, para que a ação acompanhe a oração oferecendo aquele equilíbrio ideal entre a atividade rotineira e a contemplação mística, que não é dado a todos experimentar. A outra asa da ascensão eremítica é a esmola. É pela esmola, que começa recolhendo de porta em porta, para uma destinação superior, que tem princípio a vida do eremita mineiro. É quando ele se retira da comunidade dos homens” (5).

Carrato tem plena razão quando afirma que a obra eremítica tem como centro a ermida. Por essa razão a divisão que ele faz entre os “ermitões” que são os anacoretas postos no zelo das ermidas não tem muita razão de ser. A única diferença é que antigamente se utilizava mais o termo “ermitão” e na época atual o termo “eremita” é mais comum. No Brasil, porém, a vida eremítica está sempre vinculada a uma devoção particular, que se expressa numa imagem sagrada, que será venerada num oratório portátil ou numa ermida ou capelinha.

Tudo leva a crer que a tradição eremítica tenha vindo ao Brasil através da colonização portuguesa. E se intensificou justamente na época em que aumentava no Brasil a ganância pela riqueza e se começava a ostentar luxo e vaidade na vida urbana. Mesmo as Ordens Religiosas possuíam nessa época grandes patrimônios. Em contraposição ao espírito da época, esses leigos ana-

coretas levam ao extremo seu ideal de pobreza e de abnegação.

“Os eremitas — acrescenta Car-rato — são leigos em sua maioria. São antes de tudo, “pedidores de esmolas” na intenção das boas obras de caridade. Provindos da massa adventícia das Minas, fogem para a vida cenobítica e ascendem, no clima de religiosidade que criam, às práticas mais elevadas de ascetismo. Esse ascetismo não é evidentemente, nenhuma escola apurada de perfeição cristã, dadas as condições de vida e formação dos nossos eremitas.

“Os eremitas aparecem geralmente revestidos de uma espécie de samarra preta, marrom ou azul, de grosso e rústico burel, atada com uma corda à cintura, à franciscana, calçados de sandálias de couro ou simplesmente descalços. Cobrem-se com rústicos chapéus desabados e se arribam em bordões robustos, para as longas caminhadas no sertão. “Deixam crescer a barba, descreve o barão de Eschwege, e frequentemente descutam a cabeleira”. Pende-lhes do pescoço uma pequena caixa, com relicário envidraçado, contendo uma imagem do santo de sua devoção, que os fiéis beijam respeitosamente, tirando o chapéu ou dobrando um joelho, como se pode ver bem nas ilustrações de João Maurício Rugendas. É quando recebem os óbulos — dinheiro, alimento, donativos em espécie, etc. — destinados à obra pia a que estão devotados, quase sempre por força de uma promessa. Essas promessas resultam de uma conversão, de uma cura milagrosa, de um obséquio alcançado. Desandam, às vezes, em

ásperas disciplinas, sabe Deus, purgando quantos e quais pecados”(6).

Tal era a importância da vida eremítica no século XVIII, que o bispo da Bahia D. Sebastião Monteiro da Vide preocupou-se em regulamentá-la no sínodo da Bahia de 1707. Por essa razão, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia contêm um título especial dedicado aos ermitães.

A norma da vida eremítica está contida nos seguintes números: “626. Nas ermidas de nosso Arcebispado, e principalmente naquelas onde há romagem e devoção, é necessário haver ermitães para o culto divino e limpeza delas. E para que não se introduzam aqueles que não será bem se admitam, mandamos que, pertencendo a apresentação a outrem, apresentem para ermitães homens diligentes, de idade conveniente e de boa vida e costumes, e não poderão apresentar mulheres.

“627. E não pertencendo a apresentação a outrem, Nós, ou nosso provedor proveremos as ditas ermidas de ermitães, que tenham as mesmas partes e qualidades, e nem uns outros poderão servir sem carta de ermitania passada por nós, ou nosso provedor, e servindo sem carta serão privados das ermitanias e castigados como parecer.

“628. E os ermitães que forem providos, terão cuidado e guarda e limpeza das ermidas. E se forem vistas no campo, não deixarão recolher nelas novidades, nem animais, tendo as portas fechadas quando for possível, e guardarão os ornamentos delas, e ministrarão o necessário para se dizer missa.

“629. Não usarão de hábitos de religiosos ou clérigos, mas poderão trazer roupetas pardas compridas, ou de outra cor honesta, ou outros vestidos decentes. Não viverão nas ditas ermidas, mas em casas separadas. Não consentirão que nas ditas ermidas algumas pessoas durmam, comam, joguem, bailem, ou façam coisa semelhante, posto que seja com pretexto de romagem; o

que tudo cumprirão, sob pena de serem castigados arbitrariamente conforme sua culpa”(7).

Como é natural, as Constituições refletem um esforço de colocar essa forma um tanto carismática de vocação religiosa leiga sob o controle efetivo da autoridade eclesiástica, sempre vigilante em evitar os possíveis abusos na prática do culto divino.

II — PRINCIPAIS FIGURAS DE EREMITAS DO BRASIL

Entre os principais eremitas vamos destacar oito, dos quais possuímos documentação histórica suficiente para aclarar alguns aspectos de sua vida. São os seguintes: ermitão Antônio Caminha, irmão Francisco da Soledade, ermitão Félix da Costa, ermitão Feliciano Mendes, ermitão Antônio da Silva Bracarena, irmão Lourenço de Nossa Senhora, irmão Joaquim do Livramento e ermitão João Maria de Agostini. Estão indicados na ordem cronológica do início de suas atividades eremíticas, que se estendem dos fins do século XVII a fins do século XIX, num período de cerca de duzentos anos.

Desses oito ermitões, cinco eram portugueses: Caminha, Feliciano, Bracarena, Lourenço e Francisco; dois eram brasileiros: Félix e Joaquim; e um era italiano: João Maria. A maioria deles era de solteiros. Bracarena era viúvo, e provavelmente também Caminha, que tinha filhos. Em geral pouco sabemos do passado deles. De alguns tempos vagas notícias de sua atividade pro-

fissional anterior: Caminha era escultor; Francisco, pintor; Feliciano e Lourenço provavelmente haviam trabalhado nas Minas.

Os seis primeiros se caracterizam como propagadores de uma devoção, e passam o restante de suas vidas ao lado da ermida que constroem: Antônio Caminha constrói a ermida de N. S. da Glória no outeiro da Glória do Rio de Janeiro; Francisco da Soledade passa a viver na gruta às margens do Rio São Francisco, onde introduz a imagem do Bom Jesus da Lapa; Félix da Costa constrói a ermida de N. S. da Conceição em Macaúbas, junto ao rio das Velhas em Minas Gerais; Feliciano Mendes constrói a ermida do Bom Jesus de Matozinhos no morro no Maranhão em Congonhas do Campo; Antônio Bracarena edifica a ermida de N. S. da Piedade na Serra de Piedade, perto de Caetés, em Minas; e também, em Minas, Lourenço constrói a ermida de N. S. Mãe dos Homens na serra do Caraça.

Joaquim do Livramento e João Maria caracterizam-se por suas peregrinações e andanças pelo território brasileiro. Joaquim do Livramento se distingue por suas diversas fundações de hospitais e seminários ou asilos de meninos, ao passo que João Maria é um anacoreta que vive errante e afastado do contacto com a vida urbana. Dos oito, quatro pertencem ao que se pode chamar de ciclo mineiro de vida eremítica, já destacado por Joaquim Silvério e José Ferreira Carrato.

“Diante da maré montante das ambições e dos vícios desenfreados pela “sagrada fome de ouro” — que avassala irresistivelmente as Minas Gerais do século XVIII, escreve Carrato, começam a surgir os inconformados com aquele estado de coisas. São os eremitas, os “irmitoens” como são chamados no tempo. Primeiro um, talvez o minerador Antônio Pereira, que entre as penhas da serra do Ouro Preto, vai atinar com a gruta-santuário, que lhe fica com o nome, mas que o devoto consagra a Nossa Senhora da Conceição. Depois outro, Félix da Costa, ao qual se lhe agrega toda a família, em Macaúbas, onde surge o primeiro recolhimento. E mais o penitente Padre Manuel dos Santos, nos sertões do termo das Minas Novas do Fanado, com a sua Casa da Oração do Vale das Lágrimas e sua primeira escola para moças existente em Minas.

“Feliciano Mendes sara do corpo e da sede de ouro, empunha o bordão de andador do Senhor do Bom Jesus de Matozinhos, e ergue o santuário de Congonhas do Campo. Antônio da Silva Bracarena ou-

ve a nova portentosa da “muda da Penha”, arranca-se nas faldas da Serra da Piedade, despede-se do mundo, sobe a montanha e ergue lá em cima a branca ermida da Virgem Milagrosa. O irmão Lourenço de Nossa Senhora, desencantado do mundo e dos homens, desce do Tijuco, logo em seguida, para ir alapadar-se na Serra do Caraça, tão ínvia e esconsa, mas que se transmuda no Hospício de Nossa Senhora Mãe dos Homens. Há até fascínoras e homiziados que se fazem “irmitoens” como aqueles bons ladrões que vão erigir nas barrancas do rio Grande, nos confins do sertão da Farinha Podre, seu comovedor altar de Nossa Senhora do Desterro do Desemboque. . .”(8).

Desta série omitimos a figura de Antônio Pereira, pois escasseiam dados sobre sua pessoa, e do padre Manuel dos Santos, por constituir exceção ao teor leigo da instituição. Por outro lado, existem dois outros eremitas que têm alguma vinculação ao menos indireta com o ciclo do ouro: Antônio Caminha, que parece ter tido atividades comerciais relacionadas com as minas, e Francisco da Soledade, cuja ermida da Lapa era lugar de pouso das inúmeras levadas de pessoas que acorriam às Minas Gerais, ou de lá regressavam pelo rio São Francisco. Convém aliás, ressaltar, foi este o único dos eremitas acima indicados que posteriormente foi ordenado sacerdote.

1. Antônio Caminha (9)

Antônio Caminha aparece no Rio de Janeiro na segunda metade do século XVII. Sabe-se que era na-

tural de Aveiro, mas ignoram-se os motivos que o trouxeram ao Brasil.

“Era sujeito original, escreve Vivaldo Coaracy, pouco sociável, que andava vestido com o hábito de São Francisco e dava-se a práticas devotas em lugares ermos. Tinha família, porém; porque de um filho, que foi padre, e de duas filhas suas pelo menos há menção em escrituras antigas. Essas filhas casaram-se e deixaram descendência. Seria viúvo, pode-se conjecturar, pois não há nenhuma referência à mulher.

“Era este Caminha hábil escultor ou santeiro. Em madeira da terra esculpiu uma notável imagem de Nossa Senhora da Glória, quase de tamanho natural. Em torno desta imagem nasceram duas lendas que Frei Agostinho de Santa Maria (no Santuário Mariano) ingenuamente registra. Entalhada a imagem ergueu Caminha no alto do morro do Lერიpe uma tosca ermida, de pau a pique e taipa de mão, para abrigá-la. E dela se fez ermitão. Foi isto em 1671. Pouco a pouco, em torno da Senhora da Glória, em sua ermida do outeiro, formou-se um círculo de devotos. Espalhou-se a fama dos benefícios e graças obtidos por sua intercessão e cresceu a romaria dos que buscavam o tosco santuário para pagar promessas ou trazer as suas orações e súplicas.

“O morro sobre o qual erguera Caminha o tosco edifício estava compreendido nas terras que de certo Gabriel Freire comprara o Dr. Cláudio Gurgel do Amaral. Por escritura pública, em 1699, fez o Dr. Cláudio Gurgel do Amaral doação do outeiro à Irmandade que se fundasse para manter na ermida o culto

da Virgem sob a invocação de N. S. da Glória. Duas condições gravavam a doação: a primeira era que em substituição do tosco santuário primitivo fosse edificada uma ermida permanente. Se assim não se fizesse, ficava revogada a doação. A segunda era a estipulação usual de que na capela assim construída ficasse assegurada sepultura perpétua para o doador e seus descendentes.

“Cumprindo com a primeira condição, apressou-se o ermitão Caminha a dar início a uma construção de pedra e cal onde, em altar condigno, fosse intronizada a imagem que esculpira. Ficou a obra concluída em 1714. Parece que foi a partir dessa ocasião que o ermitão, após um acréscimo ao nome, passou a assinalar-se Antônio Caminha Gloriano.”

E Coaracy concluiu:

“Deve ter sido um tipo interessante este ermitão, sobre o qual é muito pouco o que de positivo se conhece”(10).

Na realidade, Antônio Caminha é o ermitão mais antigo e o menos estudado dos oito. Não obstante sua figura ficou conhecida através do romance de José de Alencar, que o faz herdeiro de um outro ermitão, Ayres de Lucena, concluindo com o seguinte epílogo:

“Antônio de Caminha aceitou o legado de Ayres de Lucena. Vestiu a esclavina do finado ermitão, e tomou conta da gruta onde aquele vivera tantos anos. Viera àquele sítio como em santa romaria para obter perdão do agravo que fizera à imagem de N. S. da Glória, e

chegara justamente quando expirava o ermitão que a servia. Resolveu pois consagrar o resto de sua vida a expiar nessa devoção a sua culpa; e todos os anos no dia da Assunção levantava uma capela volante, onde celebrava-se a glória da Virgem puríssima.

“Toda a gente de São Sebastião e muita de fora ia em romagem ao outeiro levar as suas promessas e esmolas, com as quais pôde Antônio de Caminha construir em 1671 uma tosca ermida de taipa, no mesmo sítio onde está a igreja. Antônio Caminha finou-se em cheiro de santidade, e foi a seu rogo sepultado junto do primeiro ermitão do outeiro, cujo segredo morreu com ele” (11).

Escrevendo em 1873, José de Alencar evoca assim a fama de santidade que ainda envolvia a figura histórica e lendária ao mesmo tempo do ermitão da Glória.

2. Francisco da Soledade (12)

O nome verdadeiro deste ermitão é Francisco Mendonça Mar, tendo nascido em Portugal. “Francisco, escreve o Dr. Braz do Amaral, além do achaque da pobreza, padecia outras queixas, e entendendo que mudando de terra poderia conseguir a perfeita saúde que desejava, assim se resolveu a passar à Bahia de Todos os Santos, tendo de idade pouco mais de vinte anos”(13).

Era pintor de profissão, e foi convidado a pintar a casa do governador da Bahia em 1688. Não somente não recebeu a paga do seu trabalho, mas até foi injustamente

condenado ao cárcere. Não sabemos se esta ou outras razões o levaram a abandonar a cidade e buscar a vida eremítica.

“Com este santo impulso, escreve Rocha Pita, sem mais roupa que uma túnica que cobria muitos cilícios e mortificações corporais, com um santo crucifixo e uma imagem da Virgem Maria, Mãe de Deus e Senhora Nossa, luzeiro e guia do melhor caminho da humana vida, saindo da cidade foi penetrando os sertões, e não satisfeito de algumas soledades, posto que as encontrasse acomodadas, porque lhe estava aparelhado este prodigioso domicílio, continuou a jornada até que o descobriu”.

Muito caminhou até chegar a uma gruta às margens do rio São Francisco.

“Nesta incógnita habitação — declara o autor do Santuário Mariano — ou nesta maravilha da natureza, entrou o irmão Francisco da Soledade com a imagem do Senhor Jesus Cristo, onde, olhando para uma das referidas capelas laterais para a parte do Evangelho, viu um monte calvário, rematado com uma peanha, e um singular buraco que misteriosa e proporcionalmente recebia a cruz da Santíssima Imagem de Cristo, o que foi para o ermitão maravilha assombrosa. Ali a colocou e neste lugar quis viver e se quis deixar ficar na companhia do Senhor”(14).

Pouco a pouco a multidão começou a acorrer em romaria ao Bom Jesus da Lapa, como passou a ser designado o novo centro de devoção.

“Depois, tendo notícias o Ilmo. Arcebispo, o Sr. D. Sebastião Monteiro da Vide, na sua cidade da Bahia, destas grandes maravilhas, mandou visitantes que, com particular cuidado, registram aquele grande milagre da natureza e acharam ser tudo o que se havia referido uma inteira verdade e vir ser aquele lugar e aquele tempo muito decente, e vistas todas as circunstâncias, e também a grande concorrência que já havia de gente que por devoção e também por curiosidade o iam venerar e ver, e estar já exposta naquele lugar e venerada a Santa Imagem do Cristo Crucificado, e se celebrar já nele o santo sacrifício da Missa por religiosos e sacerdotes que iam àquele lugar atraídos dos mesmos prodígios que se referiam, erigiram aquele templo que a natureza havia fabricado em capela ou igreja, com o título de Bom Jesus e de Nossa Senhora da Soledade”.

Ao receber as boas informações decide o arcebispo da Bahia ordenar sacerdote o eremita da Lapa.

“Com estas informações que teve aquele vigilante prelado e com os rogos daqueles moradores circunvizinhos àqueles sítios e com a notícia de que aquela igreja tinha já todos os paramentos necessários para o culto divino, se dignou de ordenar de sacerdote ao Irmão Francisco da Soledade com esperança de que prosseguiria na sua santa vida e com a companhia de outros virtuosos varões e sacerdotes no serviço de Nosso Senhor, de que se seguiria muita glória para o mesmo Deus e também uma utilidade comum e universal para todos aqueles morado-

res que freqüentavam e visitavam aquele santuário”.

Depois de ordenado sacerdote, o eremita Francisco da Soledade voltou à gruta. E o autor do Santuário Mariano acrescenta:

“Não consentem os devotos padres que ali assistem hoje por capelães, irmandades nem festas de estrondo, e assim, os que ali concorrem, vendo o recolhimento daquelles devotos capelães de Nossa Senhora, se portam naquelas visitas com muita compunção e mostras de verdadeira devoção; e este é um dos milagres contínuos que obra a Mãe de Deus em um deserto tão afastado do comércio e trato das gentes. Toda esta notícia nos enviou o Ilmo. Arcebispo da Bahia, Sr. D. Sebastião Monteiro da Vide, em carta sua”(15).

O termo capelães é justo, pois posteriormente passou a conviver com Francisco da Soledade o Pe. Caetano Pereira de Lima, natural de Recife. E outros mais sacerdotes desejavam também viver naquela solidão, como o declara expressamente o eremita Francisco em uma carta endereçada ao rei, no ano de 1717. Eis o texto desse importante documento:

“Senhor. Diz o Pe. Francisco da Soledade, sacerdote do hábito de S. Pedro, há 26 anos existente na Lapa do Bom Jesus, sita na margem do Rio São Francisco, na qual se acha a maravilhosa fábrica daquela igreja, entranhada nas serranias daquelas montanhas, como tudo é claro à vista da provisão junta do Ilmo. Arcebispo daquela metrópole, D. Sebastião Monteiro da Vide, e como

na dita Lapa tem o suplicante um companheiro e continuamente assistem nela vários clérigos e religiosos que passam aqueles sertões e outros passageiros, que todos se dilatam por muitos dias para descanso de suas pessoas e comboios; e além destes, vem assistir muitas outras pessoas que, movidas da dita devoção, fazem suas novenas ao Bom Jesus, como também as pessoas pobres e os que enfermam naqueles sertões se valem da enfermaria que para eles tem feito o suplicante na referida Lapa, onde são tratados com muita caridade; e considerando o suplicante nas graves necessidades que todos padecem na falta de mantimentos, pois naquele deserto se não acham mais lavouras que aquelas que planta o suplicante e seu companheiro. E outrossim, não ter terra em que possa criar outras vacas e outras criações para com elas melhor poder auxiliar as pessoas que tão freqüentemente se demoram na dita Lapa; e também ver o suplicante que por falta não pode admitir à sua companhia alguns sacerdotes que se lhe oferecem, os quais podem empregar-se também em missões e outras coisas muito do serviço de Deus”.

Como se vê, em 1707, o movimento religioso crescia no santuário da Lapa, e as necessidades de atendimento espiritual aumentavam. Por essa razão Francisco da Soledade solicita ao rei um pequeno patrimônio que permita o sustento de uma pequena comunidade de sacerdotes e o melhor atendimento dos numerosos romeiros.

“E porque — continua o documento — V. M. foi servido man-

dar por provisão sua que aos vigários do sertão e aos missionários se lhes desse uma porção de terra aonde estivessem fundadas as suas matrizes e missões para nelas lavarem e terem os seus gados e criações para se sustentarem; e a Lapa do Bom Jesus, posto que não seja igreja matriz, contudo é uma igreja de missão, na qual assistem o suplicante e seu companheiro; e poderão assistir mais sacerdotes, além de ter nela maior freqüência de gente que as mesmas matrizes, na forma sobredita, o que tudo se verifica com a provisão junta. Portanto, pede a V. Majestade, muito por serviço de Deus Nosso Senhor, seja servido mandar dar aos vigários e missionários dos sertões, ficando a dita igreja da Lapa no meio da mesma terra, correndo esta pela margem de São Francisco, para que assim possa o suplicante remediar às necessidades dos passageiros e romeiros mais pobres e enfermos que de contínuo assistem nela, e também para que possa admitir à sua companhia alguns sacerdotes que se lhe oferecem para ajudarem nas missões daquele sertão. Espera receber mercê”(16).

Assim pois, esse eremita ordenado sacerdote foi o criador e o grande promotor da devoção ao Bom Jesus da Lapa.

“O monge Pe. Francisco da Soledade — escreve o Pe. Segura, — foi não só o iniciador, mas também o organizador do culto no santuário do Bom Jesus da Lapa. Ele mandou fazer altares (que talvez com sua arte pintaria), com nichos, vidraças e cortinas; conseguiu paramentos, castiçais, o cruzeiro, a imagem de

N. S. da Soledade, outra imagem de Santo Antônio de Lisboa que ele colocou em outro altar do lado direito da capela mor, conservando-se hoje na sacristia nova”(17).

E o santuário do Bom Jesus da Lapa tornou-se um centro de irradiação de devoção e de missão evangélica. Borges de Barros, diretor do Arquivo Público da Bahia durante muitos anos, deixou escrito:

“Frei Francisco da Soledade estendia sua ação pelas margens do São Francisco e pelos contrafortes que limitam a Bahia com Goiás e Minas Gerais”(18).

3. Félix da Costa (19)

Félix da Costa, fundador da ermida e do recolhimento de N. Senhora da Conceição de Macaúbas, nasceu em Penedo, Alagoas. Após a morte dos pais o capitão Manuel da Costa Soares, o mais velho dos irmãos, resolveu mudar-se com a família para outra região. A cidade dista quarenta e dois quilômetros da foz do rio São Francisco.

“Em frágeis barcas, escreve D. Silvério, numa das quais (a de Félix) tremulava hasteada bandeira da Imaculada Conceição, vieram remontando os ilustres peregrinos o Rio São Francisco. Três anos foram decorridos desde a hora em que nublados de tristeza levantaram ferro em Penedo até o dia feliz em que lhe foi dado lançá-lo pela última vez num porto do Rio das Velhas, na margem conhecida pelo nome de Macaúbas”(20).

Atendendo à sugestão de Félix, os irmãos decidiram construir a ermida de N. S. da Conceição, a cuja obra Félix dedicou a sua vida. Em seu testamento, escrito em Minas Gerais, e que traz a data de 10 de fevereiro de 1734 ele afirma. “Declaro que sou natural da vila de Penedo do Rio São Francisco, bispado de Pernambuco, filho legítimo de Félix da Costa e Ana de Castro, batizado na Freguezia de Nossa Senhora dos Anjos da dita vila. Declaro que sou solteiro e nunca fui casado, e servi neste estado de ermitão de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas, e não tenho herdeiros forçados assim ascendentes como descendentes” (21).

Frei Apolinário da Conceição, o cronista do **Claustro Franciscano**, escreve que a família estabeleceu-se em Macaúbas em vida religiosa, no ano de 1710 ou no seguinte.

Segundo o Pe. Joaquim Silvério, foi uma visão que determinou a vocação eremítica de Félix da Costa.

“Félix, escreve ele, que ansiava em desejos de fazer-se religioso, viu num dos pontos marginais do São Francisco, quando o vinha sangrando, um frade, que à justa corporificava a imagem que na sua fantasia figurava para o caso que alcançasse professar o estado que tanto amava. Vestia o frade hábito branco, trazia escapulário e manto azuis, emolduravam-lhe o rosto intonsas e veneráveis barbas, e caía-lhe por sobre as costas respeitável chapéu branco. A súbitas desapareceu a figura do frade, tanto que Félix descobrindo-se lhe deu sinal de que compreendera o aviso.

“Assentou Félix que Deus o chamava deste modo para a vida de ermitão, e transbordando-lhe da alma a alegria, contou logo a seu irmão Manuel da Costa a aparição, e pediu-lhe que picando os remos acelerasse a viagem, pois que, em se estabelecendo a residência, iria ao Rio de Janeiro conferenciar com o bispo diocesano, e receber suas instruções. Facilmente alcançou Félix da Costa fazer-se escutar de D. Frei Francisco de S. Jerônimo, conde de Santo Eloy, o qual, depois de ouvir a narração da aparição, perguntou-lhe se alguma feita tinha visto tal Ordem do Hábito que trajava o frade de que falava. E respondendo-lhe Félix que nunca antes e nem depois da ocasião, a que se referia, disse-lhe o bispo que era a Ordem da Conceição.

“A voz do eminente prelado da Igreja causou em Félix doce e inenarrável alegria, pois fora sempre devotíssimo ao culto da Imaculada Conceição, de que parecia receber agora o celeste aviso de vestir o hábito em sua honra e com mais acendrado zelo cuidar de espalhar sua devoção. O conde de Santo Eloy, depois de pôr à prova por espaço de um mês a vocação de Félix, benzeu-lhe, a 8 de maio de 1712, um hábito da Ordem da Conceição, permitindo-lhe que nele se vestisse tanto que partisse da cidade, e lavrou-lhe provisão para agenciar esmolas com que pudesse levantar uma ermida a Nossa Senhora da Conceição. Ao chegar a Macaúbas o devoto ermitão, após longa e penosíssima viagem, foi acolhido com imensas demonstrações de júbilo pela família...”

O exemplo de Félix atraiu também suas irmãs e sobrinhas para a vida religiosa.

“Pouco tempo — acrescenta o Pe. Joaquim Silvério — pôde o novo ermitão demorar-se entre os seus, e apenas tomado o repouso indispensável para restaurar as forças depauperadas pelas fadigas da viagem, foi-lhe mister volver-se novamente ao Rio de Janeiro para impetrar do Exmo. Ordinário licença para que pudessem vestir o hábito da Imaculada Conceição as irmãs e sobrinhas, que com ele vieram de Penedo, as quais tanto que o viram vestido de ermitão lhe comunicaram o desejo que tinham de consagrar-se a Deus, servindo à sua excelsa Mãe junto da ermida que se ia edificar.

“Obtida por Félix a anuência do bispo, não só para isto, como também para a fundação de um Recolhimento, não dilatou voltar a seu sítio, e a 12 de agosto de 1714 começou-se a edificação da ermida. Dois anos depois estava ela concluída, e pronto um pequeno edifício junto à mesma com as acomodações necessárias para vivenda das futuras irmãs recolhidas. No dia 1 de janeiro de 1716 foi bento o novo santuário da Mãe de Deus pelo Vigário da Roça-Grande, padre Lourenço de Valadares Vieira e, no dia seguinte, entraram para o recolhimento doze donzelas, sete das quais, as irmãs e sobrinhas de Félix, tinham tomado o hábito a 12 de junho de 1715”(22).

A vida de Félix da Costa está estreitamente vinculada à ermida e ao recolhimento da Conceição de

Macaúbas. Ao pesquisar sobre sua vida no século passado, pouco foi o material documentário encontrado pelo Pe. Joaquim Silvério de Souza.

“Traços gerais — escreve ele — bastam para se lhe apreciar a fisionomia religiosa, e nem é possível, na distância de quase dois séculos que me extremam de Félix, apresentar mais que um estudo suscito das grandes virtudes que lhe incrustaram pedrarias de subido valor. Seu nome não é coroado de auréola de misteriosas tradições: chegou apenas até nossa idade o fato da aparição do frade já acima referido. Nada de singular na sua vida.

“O ideal supremo que lhe estimulava o zelo era o futuro do seu instituto, o qual ele anelava próspero na parte temporal e mais ainda na espiritual. Por testamento legou para o recolhimento tudo quan-

to tinha nome de seu. Félix foi quem obteve os bens que possuía o recolhimento, mas, embora homem do povo, o bom senso religioso lhe indicava que a administração dependia da autoridade diocesana, e disto faz declaração no testamento, dizendo que governou, administrou e tomou conta dos seus bens por provisão do Sr. Bispo do Rio de Janeiro, D. Frei Francisco de São Jerônimo” (23).

Não sabemos a data de sua morte. O testamento é de 1734. Em fevereiro de 1749 o bispo diocesano concedeu à madre regente do recolhimento licença para serem inumados os ossos do fundador. Ainda hoje se conserva em Macaúbas, como preciosa relíquia paterna, a caixinha ou oratório com que o piedoso ermitão ia de porta em porta implorar esmolas para a construção da ermida e do recolhimento.

**Em CONVERGÊNCIA do mês
de setembro de 1976, a
II Parte deste trabalho**

NOTAS

1. AZZI, RIOLANDO, **O movimento de reforma católica durante o século XIX**, em REB 34 (1974), 646-662.

2. AZZI, RIOLANDO, **Padres da Missão e movimento brasileiro de reforma católica no século XIX**, em *Convergência*, 1974, dezembro, 1237-1256.

3. WILLEKE, VENÂNCIO Frei, **Frei Palacios**, em R. I. H. G. B., 1970, v 286, 24-40. ROWER, BASÍLIO e SETARO,

ALFREDO, **O convento de Nossa Senhora da Penha do Espírito Santo**, Vila Velha, Espírito Santo, 1965, 12-33.

4. SOUZA, JOAQUIM SILVÉRIO Pe., **Sítios e Personagens**, S. Paulo, 1897, 36-37.

5. CARRATO, JOSÉ FERREIRA, **As Minas Gerais e os primórdios do Caraca**, S. Paulo, 1963, 184-185.

6. *Idem*, Ver nota 5, 186-188.

7. **Constituições primeiras do arcebispado da Bahia**, S. Paulo, 1853, 232.

Título XXXVIII: Dos ermitães: qualidades que devem ter e suas obrigações.

8. *Idem*, ver nota 5, 182-183.

9. As notícias sobre Antônio Caminha foram recolhidas por Vivaldo Coaracy na obra **Memórias da cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 1955, 343-346. **O guia da igreja de Nossa Senhora do Outeiro da Glória**, Rio de Janeiro, 1956, mandado elaborar por Thiers Flemming não acrescenta nenhuma nova informação sobre o ermitão.

10. COARACY, VIVALDO, **Memórias da cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 1955, 343 ss.

11. ALENCAR, JOSÉ, **Alfarrábios**, crônica dos tempos coloniais. II — O ermitão da Glória, Rio de Janeiro, 1895, 100-101.

12. Sobre Francisco da Soledade possuímos notícias em uma carta de Dom Sebastião Monteiro da Vide sobre a fundação do santuário de Bom Jesus da Lapa, transcrita em **O Santuário Mariano**. O estudo mais recente é do Pe. Turíbio Vilanova Segura, **Bom Jesus da Lapa**, 3.^a edição, São Paulo, 1948, dedicando toda a segunda parte ao monge, ou seja, Francisco da Soledade, páginas 65-156.

13. AMARAL, BRAZ, Conferência pronunciada em 1917, **Revista da Academia**

de Letras da Bahia, vol. 2.^o, junho-dezembro 1931.

14. SEGURA, TURÍBIO VILANOVA, Pe., **Bom Jesus da Lapa**, São Paulo, 1948, 84.

15. *Idem*, ver nota 14, 123-127.

16. Arquivo Público da Bahia, livro 12, **Ordenações Régias**, 1717.

17. *Idem*, ver nota 14, 127.

18. *Idem*, ver nota 16, IV e V, 214-216.

19. Sobre Félix da Costa escreveu o Pe. Joaquim Silvério de Souza dois capítulos: Macaúbas e Félix da Costa, seu caráter religioso, seus restos mortais, em **Sítios e Personagens**, S. Paulo, 1897, 213-240. José Ferreira Carrato em **As Minas Gerais e os Primórdios do Caraça**, repete as notícias de Dom Silvério, no capítulo, **Eremitas e Santuários** (192-200). Também baseando-se em Dom Silvério, Manuel E. Altenfelder Silva dedica um capítulo de seu livro **Brasileiros, heróis da fé**, São Paulo, 1928, ao Ermitão de Macaúbas (167-170).

20. *Idem*, ver nota 4, página 218.

21. *Idem*, ver nota 4, páginas 215-216.

22. *Idem*, ver nota 4, páginas 219-223.

23. *Idem*, ver nota 4, páginas 230-231.

LIVROS NOVOS

para Você ler

Padre Alberione integrou em si os empenhos da vocação sacerdotal e as instâncias dos homens de nosso tempo.

PADRE ALBERIONE, Pe. Luís Rolfo. Tradução do original italiano **Don Alberione** de José Raimundo Vidigal, CSSR. Edições Paulinas. Ano 1975. Páginas 408.

Pe. Tiago Alberione foi definido, pela vastidão e empenho de suas obras, o Apóstolo de nosso tempo. Nasceu em São Lourenço de Fossano, Itália, a 4 de abril de 1884. Ao falecer em Roma, a 26 de novembro de 1971, confortado pela visita do Papa Paulo VI, havia fundado com a Família Paulina, articulada em nove grupos entre Congregações religiosas e Institutos seculares, um dos mais modernos instrumentos para a propagação da fé em todo o

mundo. Há 50 anos, quando os meios de comunicação social eram apenas embrionais, ele havia intuído que imprensa, rádio, televisão e cinema teriam condicionado a vida cultural e religiosa do século XX. A partir daí, previra concretamente as vastas possibilidades de emprego de tais meios na sua obra apostólica.

Na primavera de 1969, o Papa Paulo VI dizia à Família Paulina, reunida para prestar-lhe uma homenagem, juntamente com seu fundador: "Devemos ao caro e venerado Padre Alberione, aqui presente, a construção do vosso monumental Instituto. Em nome de Cristo, nós lhe agradecemos e o abençoamos. Aqui está ele, humilde, silencioso, infatigável, sempre vigilante, sempre recolhido nos seus pensamentos, que correm da oração à ação, a fórmula tradicional do **ora et labora**, sempre atento em perscrutar os sinais dos tempos, isto é, as melhores formas de atingir as almas. O nosso Padre Alberione deu à Igreja novos instrumentos para se exprimir, novos meios para dar amplitude e vigor ao seu apostolado, nova capacidade e nova consciência da validade e da possibilidade da sua missão no mundo moderno e com meios modernos".

Não é empresa fácil uma biografia do Padre Alberione. Ele viveu de fato uma vida intensa, porém, escondida atrás de sua obra, em atitude tão humilde e reservada, a ponto de parecer às vezes rude. O seu perfil que aqui traça o Padre Luís Rolfo sem elogios hagiográficos, tem sobretudo o mérito de apresentar a figura de um homem que integrou perfeitamente em si mesmo os empenhos da vocação sacerdotal e as instâncias dos homens de nosso tempo.

CURSO DE ATUALIZAÇÃO JURÍDICO-CANÔNICA

DATA: de 16 a 20 de agosto de 1976

LOCAL: Liceu Coração de Jesus

Largo Coração de Jesus, 140
01215 SÃO PAULO, 4 — SP

CONFERENCISTAS

PADRE MARCELLO DE CARVALHO AZEVEDO, SJ, Presidente Nacional da CRB.

PE. JESUS HORTAL, SJ, Reitor da Faculdade de Teologia e Filosofia Cristo-Rei, São Leopoldo, RS. Laureado em Direito Canônico. Professor de Direito Canônico e Teologia Moral. Membro do Tribunal Eclesiástico de Porto Alegre.

PE. DÉCIO BAPTISTA TEIXEIRA, SDB, Consultor da Sagrada Congregação para os Religiosos e Institutos Seculares. Procurador Geral dos Salesianos em Roma. Ex-Provincial. Ex-Diretor Nacional da CRB. Laureado em Direito Canônico.

FREI FÁBIO PANINI, OFM, Consultor Jurídico da CRB/Nacional. Membro do Tribunal Eclesiástico do Rio de Janeiro. Laureado em Direito Canônico e Direito Civil.

ALGUNS TEMAS

1. Princípios e critérios que orientam a revisão atualmente em curso do Direito Canônico.
2. O Novo Direito dos Religiosos.
3. Admissão e formação. Governo do Instituto Religioso.
4. Bens temporais do indivíduo e da Instituição.
5. Desligamentos do Instituto: temporário e definitivo.
6. Critérios para elaboração de textos capitulares.
7. As instâncias jurídicas da Santa Sé para a Igreja Universal e da Sagrada Congregação para os Religiosos e Institutos Seculares.
8. Critérios e prática na solução de alguns casos-tipo.

Obs. Pe. Jesus Hortal substituiu o Pe. Tarcísio Ariovaldo Amaral, impedido porque eleito Bispo de Limeira, SP.

Promoção

CRB-NACIONAL
com a colaboração da
Regional CRB — São Paulo